

5 Ponto de Vista COM A FACÇA NO PESÇOÇO. OU SEM A FACÇA?

Como as pressões dos conservadores sobre o STF podem afetar o julgamento do mensalão

8 MENSALÃO, SETE ANOS DE ESCÂNDALOS

Condenação anunciada: se depender do ministro relator e das precárias investigações feitas, José Dirceu e os demais indiciados estão perdidos [Lia Imanishi e Raimundo Rodrigues Pereira]

24 FOME E MERCADO

O capitalismo vê os alimentos como mera mercadoria. O resultado pode ser fome, desnutrição e, para os pequenos produtores, miséria [Fred Magdoff, da *Monthly Review*]

32 SOMBRAS, CORES E LUZES DA FAVELA

A história autobiográfica e as fotos de Maurício Hora, mais os quadrinhos de André Diniz, contam o drama e a poesia do morro carioca [Juliana Andrade e Maurício Cardoso]

34 A REVOLTA CAMPONESA DE PORECATU

A luta pela terra e um emocionante retrato de vidas revolucionárias do nosso povo, no estudo do paranaense Marcelo Oikawa [Carlos Azevedo]

36 ANJOS E DEMÔNIOS DA CIVILIZAÇÃO

A humanidade vive, atualmente, sua etapa mais pacífica, diz o novo e polêmico livro do psicólogo e historiador Steven Pinker [Flávio de Carvalho Serpa]

42 ALGO NOVO NO CAMPO DA CULTURA

Completa seis anos o movimento do circuito Fora do Eixo, que cresce em todo o País e quer abalar a estrutura da produção cultural [Felipe Crocco, com colaboração de Leandro Saraiva]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**.

Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.



CAPA Foto de José Varella/CB/D.A Press

Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORIA MANIFESTO S.A.
PRESIDENTE Roberto Davis
DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori
DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro
DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira
EDIÇÃO Armando Sartori
EDIÇÃO DE TEXTO Ruy Fernando Barboza
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO Thiago Domenici
REDAÇÃO Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Fernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliani • Téia Magalhães
EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori
ESTAGIÁRIOS Simone Freire de Carvalho • Gabriel Sitibaldi
REVISÃO Silvio Lourenço • Bruna Bassette • Andressa Medeiros [OK Linguística]
TRADUÇÃO Carolina Curassá Rosa

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Caco Bressane • Carlos Azevedo • Felipe Crocco • Flávio de Carvalho Serpa • Fred Magdoff • Juliana Andrade • Laerte Silvano • Maurício Cardoso
GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas
REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas
ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Mari Pereira • Maria Aparecida Carvalho
OPERAÇÃO EM BANCAS • ASSESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS FC COMERCIAL E DISTRIBUIDOR S.A. MANUSEIO FG Press



Com a faca no pescoço. Ou sem a faca?

A grande mídia mais conservadora pressiona o STF a desrespeitar os autos e ir além dos delitos realmente praticados no chamado mensalão

NO FINAL DO ano passado, o jornalista Augusto Nunes lembrou no *site* da *Veja.com* um detalhe significativo da primeira plenária do Supremo Tribunal Federal que tratou do caso do mensalão, a sessão de aceitação da denúncia que abriu o inquérito naquela corte (na foto acima, os 11 ministros do STF daquela sessão, mais o procurador geral da República, Souza, o último, de pé, à direita. Os ministros Lewandowski e Barbosa, também citados no texto a seguir, são, da esquerda para a direita, de pé, o segundo e o terceiro). Nas palavras de Nunes: “Às nove e meia da noite de 28 de agosto de 2007, o ministro Ricardo Lewandowski chegou ao restaurante em Brasília ansioso por comentar com alguém de confiança a sessão do Supremo Tribunal Federal que tratara da denúncia do então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, sobre o escândalo do mensalão. Por ampla maioria, os juízes endossaram o parecer do relator Joaquim Barbosa e

decidiram processar os 40 acusados de envolvimento na trama. Sem paciência para esperar o jantar, Lewandowski deixou a acompanhante na mesa, foi para o jardim, na parte externa, sacou o celular do bolso do terno e, sem perceber que havia uma repórter da *Folha de S.Paulo* por perto, ligou para um certo Marcelo. Como não parou de caminhar enquanto falava, a jornalista não ouviu tudo o que ele disse durante a conversa de dez minutos. Mas qualquer uma das frases que anotou valia manchete.” Depois desta abertura, num texto mais longo, Nunes cita algumas das frases de Lewandowski: “A tendência era amaciá-lo para o Dirceu”, “A imprensa acuou o Supremo”, “Todo mundo votou com a faca no pescoço”, “Não ficou suficientemente comprovada a acusação”.

Ao lembrar a história, Nunes ataca Lewandowski por sua declaração de que o julgamento poderá ser realizado apenas em 2013, pois ele terá de proferir um voto paralelo ao de Barbosa, será o revisor ofi-

cial do voto deste na sessão plenária e terá de ler os 130 volumes dos autos um a um – em suas próprias palavras –, porque não poderá “condenar um cidadão sem ler as provas”. Nunes disse, em seu comentário, que Lewandowski “se puder, vai demorar seis meses para formalizar o que já está resolvido há seis anos: absolver os chefes da quadrilha por falta de provas”. E concluiu, com uma espécie de conclamação ao público da *Veja.com*, o qual ele chama de “o Brasil decente”: “Para impedir que o STF faça a opção pelo suicídio moral, o Brasil decente deve aprender a lição contida na conversa telefônica de 2007. Já que ficam mais sensatos com a faca no pescoço, os ministros do Supremo devem voltar a sentir a carótida afagada pelo fio da lâmina imaginária.”

Em sua catilinária, Nunes repete o que a grande mídia mais conservadora diz desde meados de 2005, quando o escândalo começou, a partir de duas entrevistas de denúncia na *Folha de S.Paulo*. O denun- ▶

ciante, o então deputado federal e atual presidente do PTB, Roberto Jefferson, falou de uma mesada, um “mensalão”, paga regularmente a deputados de partidos da base aliada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que votassem com ele. Nunes e outros editorialistas de mesma opinião querem o julgamento do mensalão imediatamente e a condenação dos acusados, especialmente de José Dirceu, apontado como o “chefe da quadrilha”. Eles acham ter sido o caso mais do que bem apurado, por eles. E acham também que é preciso por na cadeia os que eles consideram culpados.

Felizmente, no Brasil ainda não é assim. O julgamento será feito não pela mídia, mas nos termos da lei, numa sessão plenária do STF, instituição em que corre o processo. Depois da aceitação da denúncia, em 2007, foi aberta a Ação Penal nº 470, e os réus foram ouvidos e apresentaram suas testemunhas. No segundo semestre do ano passado, todos - acusação, defesa e relator - expuseram suas considerações finais. Faltam, agora, o voto inicial de Barbosa e o voto do revisor, Lewandowski, para o julgamento começar, o que talvez aconteça ainda neste semestre.

O que está em discussão, efetivamente? A nosso ver, examinando o conteúdo do processo, Nunes não tem razão, mesmo que sua opinião seja mais ou menos a mesma de uma autoridade indiscutível no caso, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para quem o mensalão é “o maior crime político da história da República”.

Não é estranho que Gurgel e Nunes tenham opiniões parecidas. No Brasil, está acontecendo este fenômeno na política. Alguns políticos, e mesmo procuradores e magistrados, processam o que a mídia investiga. E como ela investiga mal, vê-se algo como neste caso: o procurador-geral, num dos aspectos centrais da Ação Penal nº 470, tentando sacramentar o julgamento já feito pela grande mídia mais conservadora. Como diz Nunes, o caso “já está resolvido há seis anos”.

No País, felizmente, a grande mídia ainda não tem o poder legal de decidir quem deve ou não ser condenado e preso. Os julgamentos ainda não são feitos a partir do que a mídia mais conservadora escreve, embora ela se empenhe nesse sentido. Os julgamentos são realizados com base nos autos. Ainda existe o devido processo legal, que obriga a provar as acusações com depoimentos, fatos, laudos periciais. E, a nosso ver, os termos da

denúncia do procurador-geral usados para justificar sua pretensão de ter revelado o maior crime de nossa história alinhavam um conjunto de indícios precários, alguns manifestamente ainda não investigados quanto à sua ligação com a tese principal da acusação.

Para entender a história, é preciso ver que, a rigor, a denúncia trata de dois delitos de tipos diferentes. Um deles teve sua investigação feita e concluída basicamente pelo Congresso e pela Polícia Federal. Vários dos delinquentes confessaram suas práticas ilegais - quem deu dinheiro, o esquema Delúbio/Marcos Valério e quem recebeu, dezoito deputados e mais cerca de 20 pessoas ligadas a eles, todas réus no processo. E este caso está pronto para ser julgado. É o referente ao chamado “caixa dois” praticado abusivamente pelo Partido dos Trabalhadores a partir da vitória de Lula no primeiro turno das eleições de

A rigor, são dois delitos diferentes: o do caixa dois, mais do que provado e confessado por todos os réus. Outro, é o da compra de votos, o “maior crime da história da República”, para o qual não há nem uma escassa prova nos autos

2002, quando os grandes empresários inclinaram-se por sua candidatura e, como de hábito, despejaram contribuições clandestinas nos cofres de sua campanha com vistas a receber, depois de sua posse, os favores devidos pela ajuda eleitoral. Afinal, quem paga a orquestra escolhe a música.

O segundo, de acordo com o procurador-geral, é o grande e histórico crime de o PT ter formado uma “organização criminosa” com apoio do governo federal e da mais alta direção do partido a fim de violar as mais diversas leis, principalmente pela corrupção do processo legislativo com o suborno de deputados e senadores para que votassem com o governo.

O primeiro delito é público e notório. E confesso. Delúbio Soares, tesoureiro nacional do PT, e o publicitário Marcos Valério, um dos donos de empresas cujo crédito foi usado na história, expuseram

no amplamente em vários depoimentos no Congresso Nacional durante as investigações do caso feitas em três CPIs. As afirmações dos dois foram confirmadas posteriormente por cerca de duas dúzias de políticos e seus auxiliares, que receberam dinheiro do esquema e foram ouvidos também tanto nas CPIs como em inquéritos específicos da Polícia Federal.

Resumidamente, no primeiro semestre de 2003 o PT tomou dois empréstimos praticamente iguais em bancos mineiros, um no Rural e outro no BMG, totalizando, à época, 5 milhões de reais, e as empresas de Marcos Valério emprestaram dos mesmos bancos um total cerca de oito vezes maior, no mesmo período. E o dinheiro foi repassado aos dirigentes de partidos da base aliada: ou diretamente a deputados e senadores, ou a seus dirigentes ou prepostos. Isto está absolutamente claro desde o final de 2005, quando começaram a ser encerrados os trabalhos da principal CPI que tratou do caso, a comissão mista do Senado e da Câmara que cuidava de uma denúncia específica sobre corrupção na estatal dos Correios e acabou voltando-se para o mensalão.

O outro crime é, até o momento, uma criação política. Não existe, nos autos, prova de que no final de 2002 José Dirceu tenha assumido o comando de um bando composto de 15 pessoas: ele, Delúbio, José Genoíno, Silvio Pereira, os principais dirigentes do PT na época; Valério e mais seis associados dele; e ainda a presidente do Banco Rural e mais três diretores desse banco. Há vários indícios fortes de que os bancos emprestaram dinheiro a Delúbio e às empresas de Marcos Valério sabendo que o dinheiro ia para o PT. Porém não há qualquer prova nos autos de que o dinheiro tenha sido usado para outro propósito que não o financiamento de campanhas políticas. E, mais ainda, parece completamente estapafúrdia a história de que o dinheiro tenha sido destinado para a compra de votos no Congresso, não só porque a maior parte do montante foi para o PT, especialmente para pagar as dívidas de campanha assumidas com Duda Mendonça. Mas, além disso, porque nenhum dos 79 parlamentares da base aliada ouvidos formalmente nos autos da Ação Penal nº 470, inclusive os 18 que confessaram ter recebido dinheiro, admitiu a prática da compra de votos, e alguns afirmaram sequer ter ouvido falar disso. E a procuradoria não apresentou nenhuma prova de que isso aconteceu.

O professor de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo, Renato

Relatório 15/08 – STG:

2181289143_20080521141703_1_8290665.wmv

Diálogo entre HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA BRAZ (pessoa vinculada diretamente a DANIEL V. DANTAS) e GILBERTO (possivelmente GILBERTO CARVALHO Secretário da Presidência da República), em 21/05/08, às 14:17:03:

GILBERTO: (inaudível)...

HUMBERTO: Fala GIBA...

GILBERTO: E aí tudo bem?

HUMBERTO: Tudo bem, deu uma enrolada aí, a ANDREIA te passou um negócio?

GILBERTO: passou...

HUMBERTO: Aquilo aí e passar pra ele, que ele tá nesse assunto... aí saiu essa matéria e tem mais esse documento que eu achei ele bem feijinho... dá pra ele ter uma noção aí das coisas...

GILBERTO: então tá.

HUMBERTO: E aí é seguinte... e eu não vou né... e ele vai viajar, então vai ficar pra semana que vem mesmo, e o que ficou acertado que se por acaso você tiver com ele ou qualquer coisa que o valha, é

ATENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

AGÊNCIA DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS

R. 4º andar - Lapa - São Paulo/SP - CEP 05033-090 - Fone/Fax (11) 3012.5545

o seguinte: tá decidido aqui, fazer em duas vezes a consultoria dele lá... "conta-curral"...

GILBERTO: Tá...

HUMBERTO: 50% já e 50% na hora que for aprovado lá no meio ambiente...

GILBERTO: Tá...

HUMBERTO: E, aí direitão...

GILBERTO: Oi... ah... ah...

Fim da ligação

Análise: HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA BRAZ, conversa com GILBERTO (possivelmente GILBERTO CARVALHO, Secretário da Presidência da República e pessoa diretamente vinculada a JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA SILVA, ex-Deputado Federal) e diz que a ANDREA (possivelmente ANDRÉA MICHAEL, jornalista da Folha de São Paulo) vai passar para "ele" (JOSÉ DIRCEU) aquela matéria, que está muito bem feita. Que será realizado o pagamento referente a "Consultoria" de JOSÉ DIRCEU 50% agora e 50% quando for aprovado lá no "MEIO AMBIENTE" (aparentemente se refere ao Ministério do Meio Ambiente), e a "consultoria" seria paga em uma "conta-curral", podendo significar pagamento no exterior com subtração de impostos e evasão de divisas.

COMO MENSALÃO VIROU SATIAGRAHA E SE TENTOU LIGAR DIRCEU A DANIEL DANTAS

A transcrição acima está nos autos da Operação Satiagraha e consta do livro "O escândalo Dantas, duas Investigações, da Editora Manifesto, a mesma que edita Retrato do Brasil. A investigação do mensalão foi desdobrada na chamada Operação Satiagraha. Dezenas de agentes da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Informações (Abin) passaram a gravar conversas e as movimentações de Daniel Dantas com base na hipótese de que, na memória do computador central de seu grupo, o Opportunity, havia indícios de financiamento

do mensalão. Uma das instruções recebidas pelos agentes era procurar ligações com José Dirceu. Outra era achar evidências de que a conspiração do mensalão ocorria na alta cúpula da República. Com essas orientações os arapongas da Satiagraha criaram o absurdo acima: transformaram um "ele" ouvido numa conversa grampeada em José Dirceu; um "Giba" em Gilberto Carvalho, o chefe de gabinete do ex-presidente Lula; e uma conta curral em uma conta em um paraíso fiscal. "Giba" e "ele", demonstrou-se depois, eram dois funcionários de empreendimentos imobiliários de Dantas no sul da Bahia. E conta curral era Ponta do Curral, um local naquela área.

Janine Ribeiro, escreveu em sua crônica semanal no jornal *Valor Econômico*, no último dia 23 de janeiro, que o principal partido político da oposição, o PSDB, estaria terceirizando o seu papel, transferindo-o para a grande mídia, que, por sua vez, adota o escândalo como forma de monitorar o governo. Disse ele: "Um dirigente da Associação Nacional de Jornais disse, há dois anos, que, na falta de uma oposição consequente, a grande imprensa assumiu o papel de opositora." "A frase é infeliz", afirma Ribeiro. "O papel da imprensa não é fazer oposição, mas dizer a verdade", lembra bem o professor.

Os articulistas da mídia mais conservadora não investigaram, em seu papel de vanguarda da política opositora, direito

a história do mensalão. E querem que o STF sacramente o que eles dizem desde 2005. O STF não tem tradição de fazer isso. Como diz o ex-deputado Roberto Jefferson, o STF desconsiderou todo o teor político que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello pelo Congresso em 1992 quando julgou impropriedades todos os 103 processos movidos na corte naquela ocasião alegando supostos crimes que foram a julgamento, mas não tinham as devidas provas nos autos. E o órgão deve agir também assim, agora. Deve punir com rigor ou encaminhar para o foro competente todos os delitos já provados, inclusive o grande escândalo de "caixa dois" praticado e confessado pelo PT. E deve desqualificar ou reencaminhar

à procuradoria, para mais investigações, o suposto grande crime político do qual ela não forneceu qualquer prova decente nos autos.

Além disso, a grande mídia conservadora blefa quando acha que pode fazer "o Brasil decente" pressionar a ponto de fazer o STF votar "com a faca no pescoço". Acha que tem muita força. Não teve antes, quando de certo modo deixou de pedir o *impeachment* do presidente Lula. Hoje, parece querer sacramentar a condenação do PT e a de um de seus maiores líderes, José Dirceu, por um suposto grande crime contra as instituições da República. Mas mesmo isso o STF deve negar-lhe. E por uma razão simples, do devido processo legal: não há prova nos autos. ■

SETE ANOS DE ESCÂNDALO

Após três comissões do Congresso, dezenas de inquéritos da PF e duas denúncias da Procuradoria-Geral da República, o relator do processo no STF diz que o espetáculo final do mensalão pode ser montado ainda neste semestre

com Lia Imanishi e Raimundo Rodrigues Pereira



Reprodução

Reprodução



UM CLAMOR POPULAR CONTRA QUEM?

No alto, uma manifestação contra a corrupção, tirada de um vídeo da TV Globo com um balanço do mensalão, do final de 2005. À esquerda, outra, no último dia 7 de setembro, também contra a corrupção, com destaque, na faixa da frente dos manifestantes, para um ataque ao PT, que seria um partido corrompido (CORRUPTED). As denúncias de corrupção, em geral, têm um sentido político e são aproveitadas politicamente. Não se pode esquecer, como diz um dos personagens da nossa história a seguir, que esse tipo de fazer política frequentemente dá maus resultados, como a eleição de Jânio Quadros, o homem da faxina, da vassoura em 1960, e a de Collor, o caçador de marajás, em 1989

1. AS DUAS TESES SOBRE O “MENSALÃO” Foi repetição do velho caixa dois ou “o maior crime político da história da República”? Não há como contar a história sem tomar partido nessa polêmica

A HISTÓRIA DO chamado mensalão pode ser resumida assim:

1) No início de junho de 2005, o então deputado federal Roberto Jefferson disse, em duas entrevistas ao jornal *Folha de S.Paulo*, que o Partido dos Trabalhadores pagava uma “mesada” a deputados de partidos da base aliada para que votassem com o governo no Congresso e que o então ministro-chefe da Casa Civil do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, era o comandante desse esquema de compra de votos.

2) Dias depois dessas entrevistas, o Congresso iniciou um processo de investigação das denúncias e, a partir de seus conselhos de ética e decoro parlamentar, Câmara e Senado passaram a julgar os 18 parlamentares acusados de ter recebido o suborno. Dois deles – Dirceu, que renunciou à Casa Civil e reassumiu seu mandato na Câmara, e Jefferson – foram cassados e perderam seus direitos políticos por oito anos. Outros renunciaram para evitar a mesma punição. Das três comissões de inquérito instauradas pelo Congresso, a mais importante foi a comissão mista do Senado e da Câmara, que, em abril de 2006, concluiu seus trabalhos e enviou para a Justiça um relatório das investigações, pedindo o indiciamento de mais de cem pessoas, entre as quais, além de Dirceu, outro alto dirigente do governo Lula – Luiz Gushiken, então ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República – e mais 17 deputados.

3) Com base nas investigações do Congresso e nas dezenas de inquéritos da Polícia Federal que as apoiaram, ainda em abril de 2006 o então procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal uma denúncia contra 40 das pessoas envolvidas e foi aberta, na corte suprema, a investigação judicial do mensalão, o inquérito 2245.

4) Em agosto de 2007, o ministro do STF encarregado do inquérito, Joaquim Barbosa, apresentou seu voto em relação à denúncia de Souza. Basicamente a endossou e seu voto, no essencial, foi confirmado pela plenária da corte. Com isso, teve início a Ação Penal 470 contra os 40 acusados: 28 políticos, entre par-

lamentares, ministros e auxiliares, sendo 11 do PT e 17 de partidos como PP, PL, PTB e PMDB, da base aliada; quatro banqueiros do Rural, um banco de Minas Gerais; e oito pessoas de agências de publicidade, entre as quais Marcos Valério, então um desconhecido, e Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de Lula em 2002. Barbosa, a seguir, dividiu o processo pelos domicílios eleitorais dos acusados – 18 estados – e começaram a ser ouvidas as cerca de 650 testemunhas indicadas pela defesa.

5) Em setembro do ano passado, tanto o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que sucedeu a Souza, quanto os acusados apresentaram suas “alegações finais” ao ministro Barbosa. Este, no dia 19 de dezembro, encaminhou ao presidente do STF, Cezar Peluso, seu “relatório final”. Posteriormente, em entrevista aos jornais, contrapondo-se aos rumores de que alguns dos acusados poderiam ser absolvidos pelo fato de seus crimes terem sido prescritos, Barbosa disse que apresentará seu voto até abril e previu o julgamento da ação penal em plenário ainda para este semestre, sete anos depois do início dessa história.

O processo do mensalão, em termos físicos, é o maior da história do STF: são 49 mil páginas, divididas em 233 volumes principais e 495 livros de documentos anexos, que ocupam quatro grandes estantes no anexo II da sede do STF, em Brasília. Joyce Russi, coordenadora-geral de comunicação do STF, compara a papelada com o material reunido na AP 307, do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello: “O processo do *impeachment* ocupava apenas algumas prateleiras de uma única estante e só tinha cinco réus [contra os 40 do mensalão]”.

Do ponto de vista do conteúdo político, pode-se resumir o mensalão em duas grandes conclusões: uma sobre a qual há consenso entre acusadores e acusados e outra sobre a qual há divergências radicais entre as duas partes:

1) O PT distribuiu clandestinamente 56 milhões de reais entre o final de 2002 e o primeiro semestre de 2005. A distribuição foi feita por meio de um esquema operado pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e por Marcos Valério. ▶

Pelos depoimentos dos envolvidos, dados à Polícia Federal e ao Congresso, desses 56 milhões de reais, 28,5 milhões foram para o PT, 12,2 milhões, para o PL, 7,8 milhões, para o PP, 4,9 milhões, para o PTB e 2,1 milhões, para o PMDB. Do dinheiro do PT, a maior parte foi para o publicitário Duda Mendonça —15,5 milhões de reais— e o resto, dividido entre deputados e nove diretórios do partido, o nacional e os de oito estados. Dos diretórios dos estados, o do Rio de Janeiro foi o que recebeu mais, 2,7 milhões de reais, e o de Alagoas, o que recebeu menos, 120 mil reais.

2) A segunda conclusão é que havia “uma sofisticada organização criminosa”, cujo núcleo político central foi formado em 2002 e “se estruturou profissionalmente para a prática de crimes, como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude”. Essa organização era dividida em setores de atuação a cargo de três quadrilhas. A principal delas, a política, era dirigida por José Dirceu, e dela participavam os mais altos dirigentes formais do PT em 2003: o presidente, José Genoino, o secretário-geral, Silvio Pereira, e o tesoureiro, Delúbio Soares. A segunda mais importante era dirigida por Marcos Valério e composta por seus sócios nas agências de publicidade DNA e SMP&B. E a terceira era liderada pela então presidente do Banco Rural, Katia Rabello, e incluía três outros dirigentes do banco. O esquema funcionava assim: o núcleo político, com a “autorização dos principais dirigentes da cúpula do PT e do governo Lula”, utilizava verbas do Banco do Brasil repassadas “irregular e graciosamente” para empresas de Marcos Valério. Esse dinheiro era “esquentado” por meio de empréstimos “fraudulentos” para ter a aparência de “meros empréstimos bancários” feitos ao PT. Os banqueiros teriam conseguido redução ou ausência de fiscalização do Banco Central para repassarem esse dinheiro ao PT e os que o receberam o fizeram ocultando sua origem e cometendo crime de lavagem de dinheiro.

As palavras entre aspas usadas acima, na segunda conclusão, são do “relatório final” do ministro Joaquim Barbosa apresentado ao STF. Em linhas gerais, elas são as mesmas usadas pelos dois procuradores-gerais da República, tanto na “denúncia” do caso, em 2006, como nas “alegações finais”, no ano passado. Foram usadas amplamente pela grande mídia conservadora, que endossou a conclusão dos acusadores e a repetiu

incessantemente ao longo desses últimos anos. Neste artigo, *Retrato do Brasil* adotará uma posição divergente dessa. Dará a palavra, principalmente, aos acusados e mostrará a fragilidade da principal prova apresentada pela acusação para sustentar a tese da “sofisticada organização criminosa” que teria cometido “o maior crime político da história da República”: a de que os milhões distribuídos clandestinamente pelo esquema Delúbio–Valério não se destinaram a financiamento de campanha,

mas à compra de voto dos parlamentares, não vieram de empréstimos dos bancos Rural e BMG, mas são, de fato, dinheiro público, desviado do Banco do Brasil por meio de, basicamente, um fundo de incentivos da Visanet, uma empresa de cobranças eletrônicas responsável pelo cartão Visa, ao qual o BB é associado. Como passos dessa argumentação vamos apresentar, na sequência, os principais personagens da história, começando por Roberto Jefferson.

2. JEFFERSON, O CRIADOR DA MARCA

Ele diz que seu chefe, antes de morrer, lhe disse:

“Roberto, o Delúbio está fazendo um esquema de mesada, um mensalão, para os parlamentares da base”

Roberto Jefferson fará em junho 59 anos, 23 dos quais como deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Era líder do bloco formado pelo PTB e pelo PFL (atual DEM) para apoiar o governo de Fernando Collor de Mello, que perdeu seu mandato por *impeachment* em 1992. É advogado e professor de direito processual penal. Participou da defesa dos acusados no STF junto com Collor quando o relatório da comissão do *impeachment*

Jefferson está longe de ser ingênuo. Ele diz no livro que a mídia televisiva, em especial a TV Globo, criou a figura de Collor como “caçador de marajás”, “político honesto e competente”. E foi ela mesma que “entregou Collor às feras”, “à empolgação do movimento estudantil”, dos caras-pintadas que saíram às ruas para derrubar o presidente. Jefferson foi o criador da marca mensalão. Na primeira das duas entrevistas que deu à *Folha de S. Paulo*, a 6 de junho de 2005, ele disse à jornalista Renata Lo Prete: “Pouco antes de o Martinez morrer [José Carlos Martinez, presidente do PTB, morto em acidente aéreo no início de 2003], ele me procurou e disse: ‘Roberto, o Delúbio está fazendo um esquema de mesada, um mensalão, para os parlamentares da base, o PP, o PL, e quer que o PTB também receba. Trinta mil reais para cada deputado. O que você me diz disso?’. Eu digo: ‘Sou contra. Isso é coisa de Câmara de Vereadores de quinta categoria. Vai nos escravizar e vai nos desmoralizar’. O Martinez decidiu não aceitar essa mesada, que, segundo ele, o doutor Delúbio já passava ao PP e ao PL”.

Nessa primeira entrevista Jefferson escondeu que seu partido tinha um acordo com o PT para receber dinheiro clandestinamente: 4 milhões de reais já tinham sido transferidos para o PTB, sob sua responsabilidade. Jefferson, de fato, estava criando a marca mensalão. No livro-depoimento, ele diz que deu a segunda entrevista para a *Folha* ao perceber que, “ao longo da semana seguinte [à da primeira entrevista], o assunto mensalão começou a embicar”. E, então, ampliou seu ataque: “Afirmei que o dinheiro do mensalão vinha de estatais e empresas privadas envolvidas em licitações e chegava a Brasília em malas [...]. Pela

Jefferson sabe do poder da mídia. A Globo criou o “caçador de marajás” e também ajudou a detoná-lo, diz

do Congresso foi transformado em ação penal na Justiça.

Jefferson diz hoje, com orgulho, no depoimento intitulado “Nervos de Aço”, dado a Luciano Trigo e publicado em livro (Topbooks, 2006): “Foram 103 processos cuja defesa ajudei a escrever, 103 absolvições, por absoluta falta de provas. E não foi por falta de rigor. Aristides Junqueira [o procurador-geral da República na época] e o Supremo estavam loucos para condená-lo”.

primeira vez, citei o nome do publicitário mineiro Marcos Valério como operador do mensalão”. E só então ele diz à jornalista da *Folha* que tinha “negociado com o PT uma ajuda de campanha de 20 milhões de reais” e já havia recebido “a parcela de 4 milhões de reais”. Ou seja, o truque de Jefferson foi dizer que o mensalão existia... mas para os outros. Para o partido dele, não: “Assumi meus erros com serenidade. Caixa dois todo mundo sempre fez, mas mensalão nunca recebi. Não aluguei minha bancada. O tempo todo enfatizei isso”.

Na defesa de Jefferson na ação penal que corre no STF, seu advogado, Luiz Francisco Barbosa, diz que o dinheiro distribuído pelo PT é de empresas privadas. Afirmar ainda que não há provas que confirmem o uso de dinheiro público no esquema. Existiriam, sim, segundo ele, empréstimos concedidos pelo Banco Rural e pelo BMG ao PT e ao empresário Marcos Valério.

Por isso seu cliente, acusado de corrupção passiva (ter recebido dinheiro para votar com o governo) e de lavagem de dinheiro (ter recebido o dinheiro clandestinamente para ocultar sua origem), seria inocente. “A lavagem de dinheiro tem 18 modalidades diferentes e ele não está incurso em nenhuma delas”, afirma. O único crime passível de ser atribuído a Jefferson, segundo ele, seria o eleitoral, pelo fato de não ter declarado o dinheiro recebido a partir do acordo com o PT. “Não há ilicitude nisso”, diz Barbosa. “O que tem de ilícito é deixar de comunicar à Justiça Eleitoral. Mas isso é crime eleitoral. A pena é multa e as penas de multa prescrevem em dois anos”, argumenta.

Jefferson foi cassado pelo plenário da Câmara a 14 de setembro de 2005, por 313 votos contra 156. Suas denúncias foram centrais para a instauração de três comissões parlamentares de inquérito (CPIs): a dos Correios, a dos Bingos e a da Compra de Votos. Cada uma tinha um objeto específico. A CPMI dos Correios, primeira a ser instalada, foi a de maior repercussão. Tratou-se de uma comissão mista do Senado e da Câmara voltada para investigar a corrupção na estatal dirigida pelo PTB, onde as denúncias de corrupção tiveram origem, a partir de um vídeo divulgado pela revista *Veja* que mostra um dirigente da empresa recebendo propina de 3 mil reais. A da Compra de Votos foi aberta posteriormente, por esforço da base governista, para atingir o PSDB e o PFL, após a descoberta de o esquema de Marcos Valério ter tido origem em



DUAS ENTREVISTAS MUITO BEM PENSADAS

O presidente do PTB, Roberto Jefferson, pode ser tudo, menos ingênuo. Suas duas espetaculares entrevistas à jornalista Renata Lo Prete da, *Folha de S. Paulo* foram muito pensadas, diz ele em seu livro *Nervos de Aço*, sobre seu papel como detonador do escândalo do mensalão. Na primeira entrevista, do dia 6 de junho de 2005, por exemplo, ele escondeu que tinha recebido do PT 4 milhões de reais, clandestinamente, num esquema típico de caixa dois

práticas dos tucanos mineiros. E a mais confusa de todas, a dos Bingos, que a oposição ao governo tentou conduzir para investigar uma suposta participação do PT na morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel (ver RB nº 4, dezembro de 2006), acabou tratando de inúmeros assuntos e deu em nada, sendo apelidada de CPI do Fim do Mundo.

De junho a outubro de 2005, com a quebra de alguns milhares de sigilos bancários e telefônicos, as CPIs processaram 305 mil dados bancários e 2,8 milhões de registros telefônicos. Pela ação conjunta da mídia e da oposição ao governo, o mensalão tornou-se um fenômeno de longa duração e grande alcance. Carregando em sua biografia diversos escândalos, Antônio Carlos Magalhães, do PFL, havia se aproximado de Lula nas eleições presidenciais de 2002 e a aliança tinha sido selada em um rega-bofe na casa de praia do publicitário baiano Duda Mendonça. Mas a disputa pela Prefeitura de Salvador,

reduto carlista, nas eleições municipais de 2004 colocara novamente ACM e Lula em campos opostos. Uma reportagem de Cristiano Romero e Raymundo Costa, do *Valor Econômico*, publicada em novembro do ano passado, revelou que foi ACM quem convenceu Duda Mendonça a depor na CPI dos Correios. Na madrugada do dia 11 de agosto de 2005, Duda acordou ACM, diz a reportagem, para informá-lo de que iria à comissão.

Duda e sua sócia Zilmar Silveira disseram então na CPI que Marcos Valério lhes pagara 10,5 milhões de reais pelas campanhas eleitorais do PT, por meio de repasses para uma conta no BankBoston em um paraíso fiscal nas Bahamas. Duda revelou que, só com suas produtoras, os petistas gastaram 57 milhões de reais em campanhas, entre 2002, 2003 e 2004. Desse dinheiro, 26,8 milhões tinham sido pagos por vias legais. Outros 15,5 milhões foram pagos clandestinamente, aí incluídos os 10,5 milhões na conta ▶

das Bahamas e mais 5 milhões pagos pelos esquemas locais de Valério e Delúbio. E o PT ainda lhe devia 26,2 milhões. Foi a partir do depoimento de Duda que a casa do PT ruiu. Deputados do partido foram vistos aos prantos no plenário, enquanto Duda também chorava.

Mas o grande saldo da denúncia de Jefferson não foi ele ter denunciado o PT pelos desvios realmente praticados pelo partido. Foi, sim, a criação da marca mensalão, que passou a significar algo muito mais grave, o desvio de dinheiro público para compra de votos no Congresso por uma quadrilha com mando no governo

3. JOSÉ DIRCEU, O CHEFE DA QUADRILHA

Para provar que o então ministro-chefe da Casa Civil tinha o comando supremo do mensalão, o procurador Roberto Gurgel fez até o tempo andar para trás

Dois dias depois da denúncia de Jefferson, Dirceu pediu demissão da Casa Civil e reassumiu na Câmara seu mandato de deputado federal. Teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo plenário da Câmara por 293 votos contra 192, na madrugada do dia 1º de dezembro de 2005. Retomou a ação política logo a seguir, com um blog de comentários sobre os acontecimentos políticos correntes. Paralelamente, faz palestras como militante do PT e dá assessoria a empresas e grandes empresários, com o que ganha bem. Mantém uma equipe e escritórios para a renovação diária do blog e de suas atividades de assessor, articulador político e palestrante, que lhe permitem deslocar-se pelo País em jatinhos fretados, sem enfrentar a hostilidade de parte do público. Uma compilação dos textos do blog, organizada por temas, nos quais de um modo geral defende a política dos dois governos de Lula, resultou no livro *Tempos de Planície* (Alameda, 2011), lançado no final do ano em noites de autógrafos muito concorridas em diversas capitais do País.

Nas palestras, Dirceu continua dizendo que Lula é o seu guia. No último 13 de novembro, por exemplo, um domingo, às dez da manhã, falou para cerca de mil jovens reunidos no Minas Tênis Clube de Brasília, no 3º Congresso da Juventude do PT. A exposição de Dirceu durou 30 minutos. Quando ele se preparava para partir, o secretário nacional da Juventude do PT, Valdemir Pascoal, lhe disse para esperar, porque havia uma surpresa. E sacou uma camiseta branca com o rosto

federal. O primeiro passo para essa criação foi nomear o chefe da quadrilha. E Jefferson fez isso: “Sai daí, Zé. Sai daí logo antes que você faça réu um homem inocente, o presidente Lula”, disse em depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados no dia 14 de junho de 2005, apontando para José Dirceu e procurando inocentar o presidente Lula. Na primeira entrevista à *Folha*, Jefferson tinha incriminado o presidente Lula ao dizer ter-lhe denunciado o mensalão bem antes. Por que ele mudou o foco do seu ataque para Dirceu? Essa história fica para o último capítulo deste texto.

de Dirceu e os dizeres coloridos: “Contra o golpe das elites. Inocente”. “Não aceitamos o golpe, não acreditamos nas mentiras. Acreditamos na sua inocência”, disse Pascoal. Dirceu não vestiu a camiseta, mas a mostrou à plateia, que começou a gritar: “Dirceu, guerreiro do povo brasileiro?”. O ex-chefe da Casa Civil desceu do palco de onde falava e foi para o meio dos jovens, que, com celulares e

A acusação desistiu de imputar a Dirceu vários crimes, diz o seu advogado, que, por sua vez, refuta todos os restantes

câmeras, procuravam ser fotografados ao seu lado. Ele ainda disse que planejava, até as eleições municipais de 2012, ir a mais de 40 cidades para fazer sua defesa política e lançar seu livro.

A denúncia da Procuradoria-Geral da República diz que Dirceu favoreceu os bancos mineiros BMG e Rural, garantindo-lhes a omissão dos órgãos de

controle do Banco Central na fiscalização dos empréstimos e operações irregulares de transferência de dinheiro feitos por eles ao PT. Afirma também que Henrique Pizzoloto, então diretor de *marketing* do Banco do Brasil, de onde teriam sido desviadas algumas dezenas de milhões de reais para essas fraudes, teria sido estrategicamente indicado para o cargo por Dirceu. Segundo o advogado do ex-chefe da Casa Civil, José Luiz Mendes de Oliveira, em entrevista a *Retrato do Brasil*, essas acusações já foram abandonadas pela própria procuradoria ou rejeitadas pelo STF.

A acusação sustentava ainda, diz ele, ter sido o banco BMG “flagrantemente beneficiado” por ações do que chama “núcleo político-partidário da quadrilha” liderada por Dirceu, as quais lhe teriam garantido “lucros bilionários na operacionalização de empréstimos consignados de servidores públicos, pensionistas e aposentados do INSS”. Isso teria ocorrido a partir da edição da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, dispondo “sobre o desconto de prestações em folha de pagamento dos servidores públicos e também autorizando o INSS a regulamentar o desconto de empréstimos bancários a seus segurados”. A acusação dizia que o então presidente do INSS, Carlos Bezerra, havia adotado “diversas providências para permitir a atuação do BMG nesse mercado”. No entanto, afirma Oliveira, a acusação não conseguiu nenhuma prova da participação de Dirceu nas providências tomadas por Bezerra, desistiu também dessa acusação e nem sequer a cita em suas alegações finais.

A procuradoria, apoiada no depoimento de Roberto Jefferson, mantém a acusação de que Dirceu operava com Marcos Valério: “José Dirceu reunia-se com o principal operador do esquema, Marcos Valério, para tratar dos repasses de dinheiro e acordos políticos ou, quando não se encontrava presente, era previamente consultado por José Genoino, Delúbio Soares ou Sílvio Pereira sobre as deliberações estabelecidas nesses encontros”, disse Jefferson. Para tentar provar esse vínculo, Jefferson disse que Dirceu teria pedido a ele para indicar um acompanhante do PTB para ir com Marcos Valério a Portugal. O objetivo da viagem seria acompanhar as negociações do grupo Portugal Telecom, com apoio do Banco Espírito Santo, para a aquisição da Telemig, porque do negócio sairia uma doação de 8 milhões de euros, cerca de 24 milhões de reais à época, para o paga-



**PARA ELES, DIRCEU É UM
"GUERREIRO DO POVO BRASILEIRO"**

O ex-chefe da Casa Civil, no dia 13 de novembro do ano passado, após palestra para cerca de mil delegados do Congresso da Juventude do PT, em Brasília. A seguir, Dirceu

desceu do palco de onde falava e foi para o meio dos jovens, que, com celulares e câmeras, procuravam ser fotografados ao seu lado. Disse então que planejava, até as eleições deste ano, ir a mais de 40 cidades, para fazer sua defesa política e lançar seu livro, *Tempos de Planície*

mento de dívidas de campanha do PT e do PTB, diz Jefferson.

Valério afirmou à Justiça ter se encontrado outras três vezes com o presidente da Portugal Telecom e que essa quarta viagem a Portugal não teve nenhuma relação com Dirceu. Sua agência de publicidade, a DNA, estaria interessada em manter o contrato publicitário que tinha com a Telemig caso a empresa fosse comprada pela Vivo. A Portugal Telecom era sócia da Telefónica da Espanha, numa associação 50%-50%, na Vivo. Em seu depoimento judicial, o então presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa, confirmou a história de que seus contatos com Marcos Valério estavam relacionados à Telemig e à possibilidade de compra dessa empresa pela sociedade Portugal Telecom-Telefónica, controladora da Vivo. No mesmo sentido depôs no processo o ex-ministro das Obras Públicas de Portugal António Mexia. Ele esteve com o então presidente da Portugal Telecom na última reunião deste com Marcos Valério.

A acusação sustenta ainda, diz Oliveira, que o vínculo entre Dirceu e Valério pode ser comprovado pelo fato de o mineiro ter agendado uma reunião do ex-chefe da Casa Civil com Ricardo Espírito Santo Salgado, presidente do Banco Espírito Santo no Brasil. Para o Ministério Público, "a reunião representava uma continuação do encontro anterior que Miguel Horta

tivera com Marcos Valério em Portugal, a mando de José Dirceu". A acusação deixou de ver um detalhe, diz Oliveira: a reunião entre Dirceu e Ricardo Espírito Santo ocorreu no dia 11 de janeiro de 2005 e a viagem de Valério a Portugal, no dia 26 de janeiro de 2005. O tempo ainda não anda para trás, parece dizer o advogado: "Uma reunião que ocorreu no dia 11 de janeiro não pode ser a continuação de uma viagem que ocorreu depois, no dia 26."

A acusação também tenta provar o envolvimento de Dirceu com Valério utilizando uma reunião do ex-chefe da Casa Civil com dirigentes do Banco Rural no hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte. A acusação apresenta como prova o depoimento extrajudicial de Renilda, esposa de Marcos Valério. Ela disse à CPI dos Correios que o marido lhe falou da participação de Dirceu na reunião "para resolver sobre o pagamento desses financiamentos feitos no Banco Rural". O mesmo trecho do relatório da CPI apresenta uma fala extrajudicial de Valério em que ele afirma ter ouvido de Delúbio que "a conversa aconteceu". A defesa de Dirceu desqualifica os depoimentos: "Ou seja: a esposa de Marcos Valério, Renilda, disse que ouviu de seu marido, que por sua vez disse que ouviu de Delúbio Soares, que a reunião no hotel Ouro Minas teria envolvido José Dirceu com discussões sobre empréstimos do Rural ao PT". Em seus depoimentos,

Valério e Delúbio negam ter tratado com Dirceu dos empréstimos do Rural ao PT.

A acusação ainda apresenta contra Dirceu o fato de uma ex-mulher sua, Maria Angela Saragoza, ter recebido financiamento do advogado Roberto Tolentino, sócio de Marcos Valério, para comprar um apartamento. O negócio existiu, mas Dirceu não tem nada a ver com ele: Oliveira diz não haver qualquer prova ou testemunha de seu cliente estar envolvido nessa história. Maria Angela confirma essa versão.

A defesa de Dirceu conclui: "Não há nos autos uma única testemunha que confirme a alegação de Roberto Jefferson de que a imaginada compra de votos era um escândalo na Câmara ou que eram perceptíveis os rumores de sua existência. Ao contrário, dezenas de testemunhos colhidos na ação penal negam taxativamente a afirmação de que a compra de votos existia e era comentada".

O advogado de Dirceu também diz que ele não controlava e nem sabia das atividades de Delúbio Soares como secretário de finanças do PT. Nesse sentido, RB também dá um depoimento: um de seus repórteres pediu a um jornalista amigo de Lula que esclarecesse junto ao então presidente se a indicação de Delúbio para a direção executiva fora dele ou de Dirceu. A resposta de Lula foi clara: ele próprio teria indicado Delúbio para a executiva do PT "para vigiar José Dirceu". ▶

4. O FACILITADOR MARCOS VALÉRIO

Ele foi banqueiro, publicitário e, acima de tudo, tinha um know-how especial adquirido nas campanhas eleitorais do alto-tucanato mineiro

O operador – Como e a mando de quem Marcos Valério irrigou os cofres do PSDB e do PT (Record, 2006), de Lucas Figueiredo, é um bom livro para quem quiser entender parte da história do mensalão. *Retrato do Brasil* conversou longamente com Figueiredo em Belo Horizonte, no final de novembro do ano passado. A história de Valério que emerge da sua pesquisa é a de um menino de classe média de Curvelo, interior de Minas Gerais; de um rapaz que passa no vestibular para o curso de engenharia mecânica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e, obstinado, paga a faculdade por 17 anos, inscreve-se em 84 disciplinas e é aprovado em apenas cinco; e, finalmente, de um bancário que vira banqueiro e dono de agência de publicidade. De manhã, dava expediente no Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e, à tarde, fazia bico vendendo brita, cimento e areia para uma empresa de Sete Lagoas. No Bemge, passou de escriturário a gerente, teve um assento no conselho de administração do banco e saiu para ser diretor do Agrimisa, outro banco mineiro. Ele e a mulher, Renilda, tiveram três filhos, o primeiro dos quais morreu aos cinco anos, de câncer, o que parece ter feito com que ela largasse o emprego e ele trabalhasse mais e mais. Valério começou a ganhar dinheiro com a intermediação no mercado financeiro: colocava-se entre os bancos e seus devedores para recuperar créditos considerados perdidos, em troca de uma comissão alta.

A primeira agência de publicidade – a SMP&B, a maior de Minas – entra em sua vida em 1996. Por meio dela Valério conhece Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, segundo a denúncia oficial, seus acompanhantes na “quadrilha do mensalão”. A SMP&B acumulava medalhas – em 1985, por exemplo, a de ouro do Prêmio Colunistas, por um anúncio de celebração do fim da ditadura – e dívidas: apesar de clientes gigantes, como a Usiminas, quando Valério entrou para a agência ela devia na praça, diz Figueiredo, o equivalente a 30 milhões de dólares. Valério disse a Cristiano Paz que poderia tentar abrir uma porta da SMP&B para o mercado financeiro. Paz não acreditou, mas deixou Valério ir em frente. E ele

tinha visão política, diz Figueiredo. Desde a eleição presidencial de Collor, em 1989, as agências de publicidade estavam se transformando em operadoras de caixa dois de campanhas eleitorais. “A coisa funcionava assim”, conta Figueiredo: “Os detentores de cargos públicos importantes embutiam uma sobra substancial nos contratos de publicidade dos órgãos que dirigiam. Na época da eleição, as agências usavam essa gordura para pagar despesas das campanhas dos candidatos indicados pelo cliente do poder público. Ou, então, empresas privadas e pessoas físicas que queriam doar dinheiro para políticos sem sair do anonimato faziam falsos contratos com as agências de publicidade. Em vez de o dinheiro alimentar alguma campanha

As empresas de Valério pagaram a Duda Mendonça e mais 75 pessoas do PSDB mineiro 5,6 milhões de reais, já em 1998

publicitária, era canalizado para as campanhas políticas.

Marcos Valério encontrou a salvação da SMP&B no empresário Clésio Andrade. Clésio era presidente da Confederação Nacional dos Transportes, entidade que reúne 60 mil empresas e 700 mil autônomos do serviço de carga de passageiros. Clésio era endinheirado e queria ingressar na vida pública. Era filiado ao PFL e primeiro suplente do senador Francelino Pereira, um dos dirigentes da antiga Arena, o partido de sustentação da ditadura. Seu sonho era governar Minas. O que se apresentava para ele era, diz Figueiredo, uma carona no bonde do PSDB, que tinha conquistado o Planalto, com Fernando Henrique Cardoso, a prefeitura de Belo

Horizonte, com Pimenta da Veiga, e o governo do Estado, com Eduardo Azeredo.

Clésio levou, para sanear o passivo da SMP&B, frotas de ônibus e uma fazenda herdada do pai. Ficou com 40% da SMP&B saneada. Paz ficou com 28% e Hollerbach, com 22%. Valério, com 10% e mais o cargo de diretor financeiro. A nova SMP&B foi um sucesso e em pouco tempo Clésio comprou parte da DNA Propaganda, sua principal concorrente em Minas. Figueiredo conta que as relações da SMP&B com o PSDB eram “para lá de boas”: logo que Fernando Henrique assumiu a Presidência, renovou, sem licitação, o contrato da agência com os Correios; depois, ela ganhou mais duas contas, a do Banco do Brasil e a da Fundacentro – fundação ligada ao Ministério do Trabalho. Na gestão de Eduardo Azeredo no governo de Minas, de 1995 a 1998, a SMP&B se firmou como agência quase oficial do governo.

Levado por Clésio, Valério conheceu Eduardo Azeredo e seu vice, Walfrido Mares Guia. Por intermédio de Cristiano Paz, aproximou-se de Pimenta da Veiga, coordenador político do governo FHC e ministro das Comunicações a partir de 1999. Nesse círculo de relações, conheceu e tornou-se amigo do ex-vice-presidente do Banco Rural, José Augusto Dumont.

No início de 1998, Clésio foi ser candidato a vice na chapa de Azeredo e, como a posição de sócio das agências que atendiam ao governo era incompatível com a de candidato a vice na chapa de reeleição do tucano, deixou a SMP&B e a DNA. Com isso, as cotas de Valério nessas empresas saltaram de 10% para 33% e de zero para 16%, respectivamente. Um mês depois de deixar as agências, Clésio mandou avisar Valério que o tesoureiro da campanha tucana, Cláudio Mourão, iria procurá-lo. E foi aí que Valério começou sua carreira de intermediário na tomada de empréstimos do Rural para campanhas eleitorais. “O fato”, diz Figueiredo, “é que na campanha de reeleição de Azeredo foi Valério quem pagou, por baixo dos panos, 4,5 milhões de reais cobrados por Duda Mendonça. Também foi ele que, por meio da SMP&B, transferiu 1,1 milhão de reais do PSDB para 75 pessoas ligadas à chapa encabeçada pelo partido. E Valério tornou-se um homem rico. Seu patrimônio declarado à Receita Federal passou de 230 mil reais em 1997 para 3,9 milhões em 2002 e o movimento das contas bancárias dele e da mulher passou de 3,2 milhões de reais em 2000 para 25,5 milhões em 2002.

Foi outro natural de Curvelo, Virgílio Guimarães (PT-MG), que o apresentou a Delúbio. De Valério e Delúbio as CPIs e a Polícia Federal tiraram a lista dos 18 deputados processados na Ação Penal 470, em curso no STF. Todos, no entanto, até mesmo Roberto Jefferson, como vimos, dizem ter recebido o dinheiro clandestino para pagamento de despesas de campanhas eleitorais – ou seja, no esquema do famoso caixa dois. Mas a acusação dos procuradores da República e o voto de aceitação da denúncia de Barbosa dizem que a história é outra: trata-se de dinheiro público para compra de votos. O dinheiro não teria saído de empréstimos feitos pelos bancos Rural e BMG ao PT, com a intermediação de Valério. Os empréstimos seriam a aparência, uma “armação”. Os três dirigentes do Banco Rural acusados de fazer parte da quadrilha comandada por Dirceu teriam fornecido recursos para a corrupção dos parlamentares, emprestando dinheiro ao arrepio das normas legais, ignorando a classificação de risco dos tomadores e a falta de garantias e, além disso, oferecendo um esquema de dissimulação da verdadeira origem e destino do dinheiro, permitindo o saque de somas de vulto.

Mas os banqueiros negam as acusações. Eles dizem que os empréstimos foram lícitos e que as normas do Banco Central no registro dos sacadores foram observadas, tanto que a lista de beneficiários dos recursos do “valerioduto” foi fornecida pelos bancos. Não havia “limite máximo imposto na legislação e nas normas do Banco Central para a realização de saques em espécie por correntistas” e o próprio Coaf, principal órgão estatal de prevenção à lavagem de dinheiro, jamais questionou tais operações.

Os acusadores também precisam provar que o dinheiro é público, pois dizem que o núcleo central da quadrilha comandava os desvios para o “valerioduto” a partir do Palácio do Planalto. Desde as investigações do Congresso, tentam provar que o dinheiro viria do fundo de incentivos que o Banco do Brasil tem por sua participação na empresa Visanet. A CPI convocou peritos para analisar as contas do BB nesse fundo e as saídas de dinheiro para as empresas de Valério. Descobriu que as notas fiscais apresentadas ao banco estatal estavam registradas como pagamentos por ações realizadas, mas, na realidade, eram adiantamento de verbas. Os acusadores, forçando a barra, dizem que as notas são fraudulentas, falsas, que



DA PRESS

O OPERADOR DO MENSALÃO OPERAVA OUTRA QUADRILHA?

No dia 2 de dezembro passado, Marcos Valério foi preso preventivamente em Belo Horizonte numa operação da Polícia Civil da Bahia, em consequência de reportagem de *O Estado de S. Paulo*, de 2005. Na época o jornal disse que suas empresas, DNA e SMP&B, tinham no oeste da Bahia fazendas com um total de 42 mil hectares. Seis delas foram dadas em garantia ao INSS por dívidas. Ao tentar vendê-las, o INSS descobriu que o tamanho alegado nas escrituras era falso. Ao investigar o caso, a polícia diz que descobriu uma “quadrilha” de falsificação de escrituras. Só que ainda não sabe se Valério fazia parte da quadrilha ou se se beneficiou dela, com conhecimento. E se foi vítima? A polícia parece ter excluído essa hipótese, com a prisão preventiva

o dinheiro foi para as empresas de Valério graciosamente.

As investigações não provaram, no entanto, que o dinheiro não foi gasto em atividades de publicidade e patrocínio do BB e que as operações seriam fraudulentas por esse motivo. Na verdade, elas seriam fraudulentas, ou irregulares, só formalmente, já que contrariam os regulamentos do fundo – tanto os do BB como os da Visanet –, que proíbem adiantamentos. Desde a CPI, porém, já se sabe que, a despeito de proibida formalmente, a prática do adiantamento existe desde 2001. Além disso, os adiantamentos, em geral, não parecem absurdos. É o que acontece, normalmente, com as verbas de patrocínio cultural, por exemplo: elas são adiantadas para os produtores, que posteriormente prestam contas do dinheiro recebido. Na gestão do petista Henrique Pizzoloto na diretoria de *marketing* do BB, ele autorizou quatro antecipações de recursos da Visanet para a DNA, as quais somaram 73,8 milhões de reais. Não se teria certeza dos tomadores finais de cerca de metade desses recursos.

Mas o relatório dos peritos é cuidadoso e não endossa as conclusões taxativas da Procuradoria da República. “A inexistência, no âmbito do Banco do Brasil, de formalização de instrumento, ajuste ou

equivalente para disciplinar as destinações dadas aos recursos adiantados às agências de publicidade dificulta a obtenção de convicção de que tais recursos tenham sido utilizados exclusivamente na execução de ações de incentivo ao abrigo do fundo. Foram identificadas fragilidades no processo e falhas na condução das ações/eventos.” A afirmação dos peritos é apenas essa.

Talvez por ter consciência da falha da ação penal nesse ponto crítico, o procurador Roberto Gurgel pediu mais uma investigação da Polícia Federal (PF), sobre o tema específico das verbas do chamado valerioduto. Obteve então, em 2011, um relatório de mais de 300 páginas do delegado Luiz Flávio Zampronha. Esse relatório pode ser dividido em duas partes. A primeira delas trata da possível contribuição do Opportunity, do famoso Daniel Dantas, para financiar o mensalão. Nessa parte a PF investigou as verbas de publicidade recebidas, pelas agências de Valério, de Amazônia Celular, Telemig Celular e Brasil Telecom, controladas por Dantas. Contabilizou 164 milhões de reais, distribuídos de modo mais ou menos igual entre 1999 e 2002, no governo FHC, e 2003 e 2005, no governo Lula. Destacou algumas operações que considerou suspeitas, mas não as investigou: apontou- ▶

as para o Ministério Público investigar. Sobre a possível contribuição de Dantas ao mensalão, no entanto, falaremos mais no capítulo 6 desta história.

A segunda parte do relatório de Zampronha trata do que é considerado o principal canal de desvio de recursos públicos para o mensalão – a parte do BB no fundo de incentivos da Visanet – e acrescenta vários detalhes ao que já se sabia. São apresentados, por exemplo: dois adiantamentos à TV Globo, num total de cerca de 4 milhões de reais; um adiantamento de 1,3 milhão ao jornalista Gilberto Mansur; outro de 650 mil ao Paço da Alfândega, um espaço cultural do Recife, controlado, tudo indica, por um irmão do senador Romero Jucá, do PMDB. Há ainda adiantamentos para a UNESCO e para o ator Paulo Betti, em projetos artísticos da Casa da Gávea, da qual é diretor. E há também adiantamentos que podem ser considerados suspeitos, como o de 247 mil reais, da Visanet, em

agosto de 2004, para Rodrigo Fernandes, tesoureiro de campanha do atual ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, que na época disputava a Prefeitura de Belo Horizonte.

No início de abril de 2011, quando o relatório foi divulgado, a revista *Época*, numa matéria com base no relatório de Zampronha, sugeriu que o processo do mensalão deveria incluir mais sete deputados federais, dois senadores e também o ministro Fernando Pimentel. Mas o delegado Zampronha é muito cuidadoso e não endossa a tese da compra de parlamentares. Ele repete, em seu relatório, variações da seguinte frase: “Não podendo [não pode] a presente investigação, de forma alguma, apresentar inferências quanto ao esquema de compra de apoio político de parlamentares da base de sustentação do governo federal”. Ou seja: ainda nessa investigação final não se tem a prova que os acusadores perseguem.

a inauguração, em Luziânia, Goiás, de uma fábrica de alimentos pertencente à família de Flávio e Ricardo, os Pentagna Guimarães. Todos os presentes, em seus depoimentos judiciais no processo do mensalão, juram que no encontro não se falou do empréstimo ao PT. Passados cinco dias da refeição no Planalto, Valério tomou outro empréstimo no BMG, dessa vez em nome da SMP&B, de 12 milhões de reais. Posteriormente, a agência de Valério emprestou dinheiro ao PT. É absolutamente provável que, agora, o banco emprestasse dinheiro para as agências de Valério, sabendo que, com isso, beneficiaria o PT, como, antes, beneficiaria o PSDB. Mas a garantia de pagamento da agência ao BMG eram créditos que a DNA tinha para receber da Eletronorte. Eram, portanto, serviços de publicidade já prestados. Não eram do tipo adiantamentos, ou seja: por dinheiro que a agência esperava faturar.

O BMG, como vimos, não é acusado como parte da quadrilha. O Rural, sim. Esse outro banco mineiro tinha interesses claros no governo há tempos. O principal era comprar a massa falida do Banco Mercantil de Pernambuco. Com problemas de caixa depois do Plano Real, o banco sofrera uma intervenção do Banco Central em agosto de 1995. Como era praxe na época, o BC dividiu o banco em duas bandas: a podre, que ficou com o BC, e a sadia – as agências, os ativos e a carteira de clientes –, que vendeu, no mercado, para o Rural. Na parte podre com a qual ficou, o BC injetou uma fortuna e o Rural vislumbrou nela um bom negócio. Quando aderiu ao Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), o Mercantil de Pernambuco fora obrigado a comprar títulos públicos indexados ao dólar. Na época, um dólar valia um real. Com o tempo, o real se desvalorizou frente ao dólar, fazendo com que os títulos adquiridos pela massa falida do Mercantil de Pernambuco atingissem uma cotação em reais muito maior, de cerca de 900 milhões. Ao perceber a situação, o Rural começou a comprar ações do banco, chegando a deter 22% da instituição. No início de 2003, o Rural tentava comprar o restante do banco, mas, para isso, precisava que o BC interrompesse a sua liquidação. Pelas contas do mercado, o dinheiro dos títulos indexados ao dólar daria para pagar as dívidas da banda podre do Mercantil de Pernambuco e ainda sobriariam para o Rural cerca de 550 milhões de reais.

5. AS CONTAS DO PROFESSOR DELÚBIO

Ele diz que operou o caixa dois desde os tempos em que o partido era pobre. Agora explica por que, mesmo rico, o PT não comprou votos no Congresso

Delúbio é de Buriti Alegre, interior de Goiás. Em 1972, mudou-se para Goiânia, onde fez o ensino médio e começou a trabalhar como professor de matemática. Entrou para a política numa greve de professores, em 1979. Em 1980, ajudou a fundar o PT em Goiás e conheceu Lula. Foi da coordenação de suas campanhas presidenciais, desde a primeira, de 1989. Desde 2000, foi secretário nacional de finanças e planejamento do PT. Em 2002, comandou a arrecadação de 33 milhões para a campanha vitoriosa de Lula à Presidência. No caixa oficial, diga-se, Delúbio é reconhecido até pelos inimigos como uma pessoa honesta, no sentido de que não arrecadou dinheiro, oficial ou por baixo dos panos, para aproveitar uma parte. Em São Paulo, mora de aluguel com a mulher, a sindicalista Mônica Valente, num apartamento de dois quartos, sem luxos. Suas duas únicas extravagâncias, que chamaram a atenção nesse período, eram seu gosto por bons vinhos e charutos cubanos.

Em meados de fevereiro de 2003, Valério recebeu Delúbio em BH e juntos eles foram ao BMG para conversar com diretores do banco. Saíram de lá com um primeiro contrato de empréstimo para

o PT, no valor de 2,4 milhões de reais. Quem assinou o contrato, pelo partido, foram ele e o presidente do PT, José Genoino. Valério foi o avalista. No dia 20 de fevereiro de 2003, Valério foi a Brasília, para um almoço-audiência com José Dir-

Tomou mais dinheiro de Valério que dos bancos. Ele tinha mais crédito que o PT, explica Delúbio

ceu, no papel de acompanhante de Flávio e Ricardo Guimarães, respectivamente controlador e presidente do BMG. A pauta oficial da reunião era um convite ao então ministro-chefe da Casa Civil para

Delúbio era um operador de caixa dois para o PT e para Lula havia tempos, como disse para o repórter que fez, para a revista *CartaCapital*, o artigo “O PT no seu labirinto”, da edição de 14 de setembro de 2005. Só que no início o PT era quase nada em termos de fundos eleitorais, e seu caixa dois tinha outro significado. Estima-se que, para a campanha de Lula em 1989, o PT tenha arrecadado modestos 3 milhões de reais, contabilizando-se o caixa dois correspondente aos gastos com mão de obra paga para a campanha pelos sindicatos, diz o artigo citado. Para o mesmo pleito, contabilizando-se o caixa dois de PC Farias para Collor, o candidato que derrotou Lula no segundo turno arrecadou cerca de 210 vezes mais, 624 milhões de reais.

Na campanha de 2002, oficialmente, Lula arrecadou mais que Serra, no segundo turno, quando ficou evidente sua vitória. A maioria dos financiadores de campanha do grande empresariado, amplamente contra Lula até então, resolveu pôr mais ovos na sua cesta do que na do tucano. Os dirigentes do Banco Rural agiram assim. E Delúbio, com certeza, se aproveitou disso. Mas se, a partir daí, ele se aproveitou para montar um esquema de compra de votos no Congresso Nacional, é outra coisa. Ele diz que não, e seus argumentos são sólidos.

São oito da noite do dia 25 de novembro de 2011 e um grupo de advogados, militantes e curiosos aguarda a palestra de Delúbio Soares na sede da OAB de Catalão, no sudoeste goiano. Em 2005, no auge do escândalo do mensalão, Delúbio foi o único petista punido com a expulsão pelo Diretório Nacional. Em abril de 2011, foi readmitido entre os quadros do partido, no qual goza de prestígio por ter assumido sozinho a “má gestão” da campanha.

Quando a exposição começa, com 48 pessoas na plateia, o repórter de uma rádio local pergunta a Delúbio se ele não acha que a exposição de sua defesa deveria se restringir aos tribunais. Delúbio diz que, se ele próprio não se defender, a mídia não o fará: “Vocês já leram algo de positivo sobre minha pessoa no *Globo* ou na *Folha*? Já viram alguma reportagem positiva sobre mim no *Jornal Nacional*? Quando esse processo começou, fui à Rede Globo. No dia 14 de junho de 2005 eles deram uma entrevista comigo de oito minutos. Tentei explicar todos os fatos e foi tudo deturpado. Meus advogados me aconselharam a não dar mais

entrevistas, deixando o processo rolar. Fiquei calado por seis anos. Nesse tempo, meu menor depoimento em CPI durou nove horas e meia; o maior, 19 horas. Fui à Polícia Federal 66 vezes. Depois de todas as audiências, fiquei calado”.

“Agora, achei que era o momento de contar o meu lado da história”, continua ele. “Quando a denúncia foi apresentada pelo MPF, eu era enquadrado em três crimes: peculato – que é o desvio de dinheiro público –, formação de quadrilha e corrupção ativa. Analisando os documentos, o STF recusou por unanimidade a denúncia de peculato. Posso afirmar que, enquanto tesoureiro do PT, não passou por minhas mãos nenhum dinheiro público. Já fui tesoureiro do meu sindicato, da CUT e depois do PT. Sou uma pessoa que acredita que nenhum homem pode ser mais forte do que seu partido.” Delúbio explica a triangulação de dinheiro entre os bancos, as empresas de Valério e o PT: “Todo o dinheiro que passou pelas minhas mãos e serviu para financiar campanhas eleitorais do

PT e dos partidos aliados foi dinheiro de empréstimo de bancos privados, do Banco Rural e do BMG. O PT não tinha muito crédito junto a esses bancos, mas as empresas do Marcos Valério tinham, então tomamos empréstimos utilizando as empresas dele”.

Delúbio também refuta a acusação de compra de votos e formação de quadrilha: “Para que eu iria comprar deputado do PT para votar a favor do governo? Para que eu iria comprar o João Paulo Cunha, que era líder do governo na Câmara? Como eu iria comprar o professor Luizinho? Para que eu iria corromper os aliados do PTB, do PP, do PL, que já iriam votar nas propostas do governo? Muitas vezes, os votos do PP, do PL eram insignificantes para ganhar a votação. Não faz sentido, nem matematicamente falando, comprar votos que não servem para ganhar a votação. E as principais votações, da reforma da Previdência, a tributária, a dos transgênicos, o governo não ganharia sem os votos da oposição. E a oposição não recebeu nenhum ▶

OS EMPRÉSTIMOS DE VALÉRIO PARA O PT

O PT não tinha crédito nos bancos. Por esse motivo, tomou pouco dinheiro deles: cerca de 5 milhões de reais, em valores da época, dos dois bancos, Rural e BMG. Mas as empresas de Valério, que tinham mais crédito, como diz Delúbio, tomaram cerca de oito vezes mais, dos mesmos dois bancos, na mesma época. E repassaram esses recursos para o PT. Nos autos do processo no STF está uma carta de Delúbio ao BMG, datada de 1º de julho de 2004, assumindo pessoalmente a responsabilidade pelos empréstimos tomados pelas empresas de Valério no banco, porque eles seriam para o PT



dinheiro para votar com o governo”, argumenta.

Delúbio diz que, a partir das alianças feitas na eleição presidencial de 2002, os partidos da base aliada e os próprios diretórios do PT procuraram a Secretaria Nacional de Finanças do PT, que ele chefiava, com problemas para saldar dívidas de campanha: “Isso sobrou para nós resolvermos”. Ele afirma que, do dinheiro distribuído a petistas e aliados, 35% foram entregues em dinheiro vivo e o restante foi por meio de cheques. “Eu chegava para o Marcos Valério e dizia: ‘Esses querem receber *cash*; esses, cheque’. E ele pagava.” Delúbio conclui: “Esse dinheiro não foi contabilizado na Justiça Eleitoral, mas não é por isso que estou sendo acusado. Eu quero ser responsabilizado pelo que eu fiz, não por ter desviado dinheiro público. Ou por ter corrompido políticos e formado quadrilha”.

Delúbio fala de sua vida: “Sou filho de um peão que só foi calçar botina com 21 anos, quando casou com minha mãe, que tinha 13 anos de idade e era empregada doméstica. Meus pais nos deram uma educação muito rígida. Eu e meus três irmãos, com o esforço deles, conseguimos diploma universitário. Meu pai hoje é proprietário de 50 alqueires em Buriti Alegre e se considera um homem rico”.

Sentado à mesa com Delúbio, o advogado Sebastião Leite, conhecido como Juruna, que é da Comissão de Direitos Humanos da OAB Nacional e também mora na região, toma a palavra. “O julgamento justo é aquele julgado de acordo com as provas dos autos. O que não está nos autos, não está no mundo, é o que nós advogados dizemos. O Ministério Público defende que Delúbio se associou a Dirceu, Silvinho e Genoíno para comprar o voto de parlamentares para apoiar o governo no Congresso. Mas foram ouvidas testemunhas em 40 cidades diferentes e, do total de depoimentos transcritos nos autos, das 394 pessoas ouvidas, 337 pessoas não mencionam o nome de Delúbio. Sabem quantas das pessoas ouvidas conversaram com Delúbio sobre compra de votos ou ouviram falar sobre possível compra de votos? Zero. Do total de depoimentos judiciais de deputados federais ou senadores, que foram 79 e que estão entre aqueles que o MP diz que teriam sido corrompidos por Delúbio, para votarem a favor do governo, quantos receberam diretamente recursos financeiros do PT? Zero. Quantos souberam ou ouviram falar que houve recebimento de recur-

sos? Dezoito. Quantos informaram que os recursos recebidos eram para ajuda de campanha? Dezoito. Quantos informaram que os recursos recebidos eram destinados à compra de votos? Zero”, apresenta o advogado. “Não há qualquer ato relativo à compra de votos.”

Ele cita o depoimento em juízo do deputado federal Odair Cunha, que à época dos fatos participou da CPI dos Correios

De 79 deputados que teriam sido comprados pelo PT, “zero” recebeu o tal mensalão, diz o advogado

e de uma comissão de Sindicância da Câmara dos Deputados. Cunha apresentou um estudo que fez com base em uma pesquisa nos registros do Congresso Nacional e que mostra a desvinculação entre os saques de numerário e a postura dos membros dos partidos da base aliada nas votações do Congresso. “Ele identificou que há um comportamento padrão

6. COMO O DEMÔNIO ENTRA NO CASO

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) achou que o segredo do mensalão estaria na memória dos computadores do grupo liderado por Daniel Dantas

No auge do escândalo, no final de setembro de 2005, o financista Daniel Dantas foi chamado a depor na reunião conjunta das CPIs dos Correios e da Compra de Votos, para explicar denúncias de *O Estado de S. Paulo* segundo as quais ele seria o principal financiador do mensalão. Uma reportagem do jornal sugeria que depósitos das empresas Telemig Celular, Amazônia Celular e Brasil Telecom nas contas das agências de publicidade de Valério, revelados nas investigações do Congresso, estariam relacionados com os interesses escusos dele, o comandante em última instância dessas três empresas. No dia seguinte, as

dos partidos que apoiavam o governo, independentemente da ocorrência dos saques. Na média, sempre 80% de cada partido votava a favor das orientações do governo”, diz Juruna.

Ele pega a defesa impressa de Delúbio, que fora distribuída aos presentes no começo do encontro, para apresentar mais dados: “Olhem aí na página 34. No período entre 25 de fevereiro de 2003 e 14 de dezembro de 2004, o apoio do PL ao governo, por exemplo, medido pela percentagem de votos, oscilou entre 85% e 95%, não havendo nenhuma relação com os valores repassados. E, em que pese o expressivo repasse entre os dias 7 e 11 de junho de 2004, por exemplo, a percentagem de votos alinhados com o governo registrou níveis inferiores a 10%. Por outro lado, os baixíssimos ou nulos repasses na primeira quinzena de 2003 não impediram que o apoio oscilasse entre 90% e 100%. Isso desmente a existência do famoso mensalão”, diz ele.

Ele prossegue citando o PTB: “Em que pese o expressivo repasse em 5 de maio de 2004, o apoio do PTB ao governo em votações que ocorreram uma semana depois tiveram índices inferiores a 5%! De forma inversa, entre maio e setembro de 2003, os repasses não existiram e em incontáveis votações o apoio ao governo foi de 100%”. Ele expõe ainda outros dados que mostram a desvinculação de votos de apoio ao governo com os repasses de dinheiro do PT para o PMDB e o PP, também da base aliada. O debate acaba com saldo positivo para Delúbio.

telefônicas publicaram anúncios pagos nos jornais para informar que pagaram cerca de 150 milhões de reais às empresas de publicidade de Valério entre 2000 e 2005, mas que estas, de fato, ficaram com uma fração pequena desse dinheiro, pois a parte maior teria ido para veículos de comunicação.

Os números fornecidos pelas telefônicas na época são mais ou menos os mesmos do delegado Zampronha, da Polícia Federal, autor da última investigação pedida pela Procuradoria-Geral da República para esclarecer as origens dos recursos do chamado valerioduto, já citada. As telefônicas disseram em ►

2005 o que qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento da área de publicidade e *marketing* sabe: as agências ficam apenas com uma comissão, uma parte pequena das verbas de publicidade; a parte do Leão vai para os grandes veículos de comunicação, pois são eles que veiculam as campanhas (veja na página 20 a tabela com as verbas das telefônicas e o que coube às agências).

Dantas deu quatro depoimentos no Congresso sobre o mesmo assunto na época. A então senadora Ideli Salvatti (PT-SC), atual ministra da Secretaria de Relações Institucionais do governo Dilma Rousseff, foi um dos parlamentares mais ativos na campanha contra ele, nessa época e depois, na chamada Operação Satiagraha, que, como veremos, está ligada ao mensalão. O PT, no geral, negava a existência do mensalão. A deputada defendia que não havia dinheiro público no esquema, mas Dantas era o financiador das operações de distribuição de dinheiro de Valério e Delúbio. Integrante da CPMI dos Correios, em manobra com outros deputados, negociou a inclusão de um novo parágrafo no texto final do relator Osmar Serraglio, pedindo o indiciamento de Dantas. Mas a proposta não foi aprovada. Na época, Dantas já era, para usar a imagem criada por *Retrato do Brasil*, o “demônio” introduzido na questão da privatização das telecomunicações brasileiras pelos interessados em confundir mais do que em esclarecer os grandes temas em debate. No caso do debate do mensalão, a inclusão de Dantas na história também mais confundiu do que esclareceu, como se verá. Além de Ideli, outras pessoas ligadas ao governo defendiam o indiciamento de Dantas. O chefe da Polícia Federal do governo Lula, na época, Paulo Lacerda, também foi ao Congresso reforçar o pedido de incluir Dantas na investigação. Ele dizia que a Operação Chacal, do final de 2004, movida contra Dantas e na qual a PF apreendeu o disco rígido do computador central do Banco Opportunity, do grupo do financista, teria mostrado indícios de financiamento do mensalão. No Congresso, disse ainda ter a PF recebido, de uma pessoa que ele não quis identificar, “um homem do povo”, a informação da intenção de Dantas de destruir o material relativo ao mensalão.

Outro petista que pedia o indiciamento de Dantas era Luiz Gushiken, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica (Secom) do governo Lula. Gushiken é importante nessa história porque a Secom controla



Reprodução

O DELEGADO “PLANTOU” AS “CONTRIBUIÇÕES”?

No dia 8 de julho de 2008, Daniel Dantas foi preso em seu apartamento, em Ipanema, no Rio. Lá foram apreendidos, além de inúmeros outros documentos, três papéis que poderiam ter relação com o mensalão. Os três tinham o título de “contribuições”. Duas de 36 mil reais, uma “ao partido” e outra, “ao clube”. E a terceira, de 30,4 milhões de reais, também “ao partido”.

Como se sabe, Dantas foi preso, solto com *habeas corpus* no STF e preso em seguida, por nova ordem do juiz Fausto De Sanctis. Como também é sabido, os tais papéis serviram de base para o segundo mandado de prisão de Dantas. E foram retirados dos malotes de documentos apreendidos na casa do empresário pelo delegado Eduardo Pelegrini. Em conversa gravada na PF de São Paulo, Pelegrini disse ter feito o deslacramento para ajudar a corrigir erro do juiz De Sanctis quanto à natureza da prisão a ser pedida de novo para Dantas. Toda essa confusão acabou chegando ao STF, que já tinha considerado aqueles “papeluchos”, como disse um dos ministros, imprestáveis como prova, ao conceder o novo *habeas corpus* ao financista. A trapalhada serviu também para apoiar uma ação contra De Sanctis no Conselho Nacional da Magistratura na qual ele foi condenado, no ano passado, pela unanimidade dos votos. A repórter de RB conversou com Maria Alice, a esposa de Dantas, no final do ano passado, depois de saber de uma versão original dela sobre os tais papéis. Do jeito como ela conta, eles teriam sido “plantados” por Pelegrini, também o chefe da operação da prisão de Dantas.

Maria Alice compara as apreensões feitas em sua casa na Satiagraha com as da Operação Chacal, de 2004. “Na Chacal, o delegado disse logo de início que nós não podíamos ficar em ambientes separados, todo mundo tinha que estar junto na mesma peça – os moradores, os policiais, as testemunhas. Ele ia pegando os materiais, ia anotando e colocando num saco. Todo mundo via o que ele estava fazendo.” Na Satiagraha, não, diz ela. “Ele (Pelegrini) deixou o escrivão na primeira sala, numa mesa redonda que tinha lá. E ia e vinha pela casa. Por fim, trouxe uma lista para o Daniel assinar, reconhecendo os documentos apreendidos. O Daniel leu a lista e me perguntou: ‘Maria Alice, que documentos de contribuição são esses?’ Eu disse que não eram meus. Aí o Daniel disse que não assinava.”

Dantas passou para RB a cópia do auto de apreensão, com um “protesto” de um dos seus advogados presente ao ato, no qual se lê que não reconheceu como seus oito itens da apreensão, entre os quais os três “papeluchos”.

a distribuição das verbas da publicidade estatal, tanto as dos ministérios como as das estatais, dentre as quais se inclui o Banco do Brasil, responsável pelos recursos do fundo de incentivos da Visanet. Gushiken ficou inconformado com o não indiciamento de Dantas. Numa de suas entrevistas a respeito, na qual se defendeu de acusações sofridas na CPI, afirmou: “É muito estranho que o senhor Daniel Dantas, que autorizou a Brasil Telecom a financiar o Marcos Valério, não apareça no relatório”. Disse que, no relatório Serraglio, Dantas aparecia quase como um herói, e ele, que defendia os fundos estatais de suas “iniciativas inescrupulosas”, era tachado como tendo cometido crime.

Gushiken teve influência também na deflagração da Operação Satiagraha. A origem dessa ação da PF é o mensalão. O STF, por meio de um *habeas corpus* concedido pela ministra Ellen Gracie, negou um pedido de quebra do sigilo da memória do computador do Opportunity. Mas, quando o ministro Joaquim Barbosa mandou separar o inquérito do mensalão pelos estados de origem dos acusados, a quebra do sigilo acabou sendo aceita por um tribunal da região de São Paulo, para o qual foi a parte da investigação que incluía o “chefe da quadrilha”, José Dirceu. Com a quebra do sigilo do computador central do Opportunity, uma grande e escandalosa investigação contra Dantas, também apontada como a maior e mais séria da história do País, começou em 2006. De início foi quebrado o sigilo das ligações de internet de todo o grupo e começaram a ser procuradas, pelos policiais federais, as provas das ligações supostamente existentes entre os dois “escândalos”, o de Dantas e o do mensalão.

Essa primeira investigação deu em nada e, no começo de 2007, o delegado que a comandava, Elzio Silva, pediu seu encerramento. Na época, Gushiken enviou um bilhete ao chefe da PF denunciando o que seriam novas articulações de Dantas. Por essa ou por outras razões, a investigação recomeçou logo a seguir, sob o comando do delegado Protógenes Queiroz. Começou aí a Satiagraha. Queiroz ampliou as quebras de sigilo, o número de agentes e passou um ano e meio investigando. Também essa investigação deu em nada, como se sabe. O investigador-chefe foi condenado em primeira instância por fraude processual e responde a processo – no

STF, pelo fato de ter foro privilegiado, pois foi eleito deputado federal por São Paulo em 2010, em boa parte graças ao escândalo feito.

Um despacho do juízo da 6ª Vara Federal de São Paulo, de 16 de dezembro passado, em resposta à consulta do Ministério Público Federal, diz que “todos os feitos correlatos” à Satiagraha estão anulados. Um dos mais grotescos resultados da Satiagraha é a interpretação de um agente para uma das mais de 90 mil gravações de conversas feitas pela operação. Certamente com a intenção de mostrar serviço e, também, com certeza, instruído a prestar atenção ao aparecimento do nome de José Dirceu e da “quadrilha” situada no coração do poder, ele transforma os personagens “ele” e “Giba” de um diálogo, depois identificado como ocorrido entre dois prestadores de serviço para operações

Distribuição dos gastos em publicidade das empresas Telemig e Amazônia Celular nas agências DNA e SMP&B, em %, do início de 2000 a março de 2005		
	Telemig Celular	Amazônia Celular
Veículos de comunicação	73%	61%
Produtoras e gráficas	15%	27%
Comissão das agências DNA e SMP&B	12%	12%

Fonte: Documentos da CPMI dos Correios. A Telemig investiu R\$ 114,7 milhões; em média, por ano, R\$ 2,6 milhões foram comissões pagas às agências. Da Amazônia Celular, foram R\$ 33,3 milhões e a comissão média anual paga foi de R\$ 0,9 milhão. A Brasil Telecom só investiu entre 2003 e 2005: foram apenas R\$ 4,2 milhões pagos à DNA e à SMP&B, 0,96% dos investimentos em marketing da companhia.

imobiliárias de Dantas no sul da Bahia, em José Dirceu e Gilberto Carvalho, o então chefe do gabinete do presidente Lula. Na época, em diversas declarações, tanto o delegado Queiroz quanto o chefe da PF, Paulo Lacerda, declararam que estavam agindo em defesa do próprio presidente da República.

No processo do mensalão, a disposição para incriminar Luiz Gushiken também parece ter-se esgotado. A procuradoria, de início, o considerou corresponsável não só pela aplicação das verbas da parte do BB na Visanet, tida pela acusação como a principal fonte de alimentação do escândalo, como coautor de crime de peculato atribuído a Pizzolato, o chefe de marketing do banco. Em depoimento, Pizzolato afirmava ter recebido, do próprio Gushiken, ordem para autorizar os adiantamentos de recursos

do fundo de incentivos da Visanet para as empresas de publicidade de Valério.

Os inquéritos do Congresso e da PF, na época, mostraram que Pizzolato recebeu das empresas de Valério uma soma em dinheiro de 326 mil reais. Nos interrogatórios, ele disse tratar-se de recursos que repassou ao PT do Rio, sem nenhuma ligação com a compra, feita por ele, logo depois, de um apartamento de 400 mil reais. Mas a acusação viu no recebimento do dinheiro o crime de peculato e Gushiken tornou-se corresponsável pelo delito por ter, supostamente, autorizado o benefício. Posteriormente, no entanto, Pizzolato voltou atrás. Negou que tivesse recebido ordem de Gushiken e explicou ter sido informado por Edson Monteiro, diretor do Banco do Brasil, ao qual estava subordinado na época, do fato de os recursos da Visanet não serem considerados recursos públicos desde anos anteriores e, portanto, não estarem sujeitos à Secom. Para lembrar, Pizzolato, como diretor do BB, estava subordinado a Monteiro, e, como distribuidor de publicidade e incentivos culturais de um banco estatal, respondia a Gushiken.

Em consequência da mudança de posição de Pizzolato e de várias intervenções da defesa de Gushiken, nas alegações finais do procurador-geral Gurgel em setembro de 2011 e no relatório final do ministro Barbosa em dezembro, Gushiken deixou de ser acusado de peculato e não está mais no rol dos denunciados na ação penal. Por último, quanto à participação de Dantas no mensalão, resta, no novo relatório da PF feito pelo delegado Zampronha, a reconstrução dos fatos relativos ao pedido de Delúbio Soares para que o Opportunity participasse, com 50 milhões de reais, do esforço para pagar as dívidas de campanha do PT. Em um dos seus depoimentos no Congresso, Dantas disse que a proposta de Delúbio foi recebida por seu ex-cunhado e ex-sócio Carlos Rodenburg, em julho de 2003, no hotel Blue Tree, em Brasília. Dantas disse que Rodenburg lhe reportou que fora “um encontro muito amistoso e cordial”. Dantas disse ainda, na época, que durante a conversa de Delúbio com Rodenburg o petista teria mencionado poder ajudar a resolver as dificuldades do Opportunity no governo. Dantas disse depois a um repórter que na época fora aos Estados Unidos para conversar com o Citibank a respeito e obteve do banco uma resposta indireta, com o

seguinte sentido: seria autorizada uma contribuição a ser repassada por meio de um aumento no bônus a ser-lhe atribuído, mas não no montante pedido por Delúbio a Rodenburg.

Como contamos no capítulo 4, no entanto, o delegado Zampronha, que estudou em detalhes os depósitos das empresas telefônicas controladas por Dantas nas agências de publicidade de Marcos Valério, diz ter encontrado operações suspeitas, mas não as investigou: separou-as e remeteu-as ao Ministério Público para que fossem feitas, eventualmente, outras investigações. Zampronha diz, também, que considera suspeito o fato de a Brasil Telecom ter assinado

contratos com as empresas de Valério, no valor total de 50 milhões de reais, a soma pretendida por Delúbio, no primeiro semestre de 2005. Dessa soma, apenas 3,6 milhões de reais foram gastos. E, assim, não se têm mais elementos para responder qual das três opções seguintes é a certa: 1) se foi porque o escândalo estourou e a operação não pôde continuar; 2) se esse dinheiro foi gasto, como é regra, principalmente com veículos de comunicação; 3) ou se, no todo ou em parte, chegou a algum partido ou parlamentar, por meio de Valério ou do PT, grana de Dantas. Muito menos, como diz Zampronha diversas vezes, se isso tem qualquer relação com compra de votos.

a revisar o relatório final de Barbosa a partir de seu recebimento, em 19 de dezembro. E que Lewandowski, apesar de ter o menor número de processos acumulados para despachar, tinha 2.978 ações na fila, aguardando julgamento. O ministro evidentemente tem autonomia para decidir que processos libera primeiro para serem julgados. Mas Graça ressalva: a pauta das sessões, na qual se definem os processos a serem julgados em um determinado dia ou em outro, não é Lewandowski quem faz.

RB conversou também com Marco Aurélio, chefe de gabinete do ministro Barbosa, sobre a questão da prescrição dos crimes dos “mensaleiros”. No entendimento da acusação, o principal crime a ser julgado é o de formação de quadrilha. Sua pena mínima seria de dois anos e o crime prescreve em oito. Mas, diz Aurélio, a despeito de o suposto crime ter sido cometido pela “quadrilha de José Dirceu”, digamos assim, entre o final de 2002 e meados de 2005, a prescrição não ocorrerá necessariamente em junho de 2013 – se o prazo da prescrição for contado a partir da saída de Dirceu da Casa Civil. A prescrição poderá ser o que se chama de “executória”, afirma Aurélio. Ou seja, não prescreveria o prazo para a realização do julgamento, mas, a partir da publicação do acórdão do STF, eventualmente condenando um ou mais dos réus, recomeça a contagem do prazo de prescrição da pena (a pena, no direito criminal, é a execução da decisão judicial tomada ao final de um processo).

Discussões jurídicas à parte, o fato é que a grande mídia conservadora quer o julgamento logo e também a condena- ▶

7. UMA CENA FINAL DO ESPETÁCULO?

Barbosa teve grande publicidade por apoiar a denúncia. E fez seu relatório final sob a pressão da mídia. Seu voto que luzes refletirá?

Quando vai ser julgado o mensalão? No dia 12 de dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, escalado para revisar o voto a ser apresentado na plenária do julgamento naquela corte pelo relator do processo, Joaquim Barbosa, disse à *Folha de S. Paulo* acreditar, “sem dúvida nenhuma”, na prescrição de alguns crimes imputados aos acusados, tendo em vista o longo tempo transcorrido entre os delitos e o momento previsto para o julgamento. Àquela altura Lewandowski não tinha, ainda, nem o voto de Barbosa, previsto para março ou abril próximos, nem seu relatório final.

E, de qualquer modo, não parecia ter pressa. Antes de receber o relatório de Barbosa, disse aos jornais: “Terei de fazer um voto paralelo. Quando receber o processo, vou começar do zero. Tenho de ler volume por volume. Não posso condenar um cidadão sem ler as provas”. Lewandowski lançou no ano passado o livro “A influência de Dalmo Dallari nas decisões dos tribunais”, que tem 635 páginas. O repórter Juliano Basile, do *Valor Econômico*, fez as contas: ler os autos do mensalão equivaleria a uma leitura de 78 livros como o do ministro. Sua oficial de gabinete, Graça Pereira, disse a *RB* que o ministro só começou

Reprodução



SÓ NO ANO QUE VEM?

O julgamento do mensalão pode ficar para o ano que vem, a despeito da manifesta intenção do relator, Joaquim Barbosa, de realizá-lo no segundo semestre. As eleições municipais deste ano exigem, no mesmo período, a presença, três noites por semana, no Tribunal Superior Eleitoral, de cinco ministros do STF. E o julgamento do mensalão será longo. A sessão que tinha de decidir apenas entre aceitar ou não a denúncia se estendeu por 36 horas, em cinco dias. Agora, é mais complicado: os 40 réus terão de ser julgados um por um

ção dos réus. Por esse motivo, as declarações de Lewandowski tiveram grande repercussão. No dia 14 de dezembro, o presidente do STF, Cezar Peluso, enviou ofício a Barbosa pedindo a disponibilização da íntegra dos autos a todos os ministros, para evitar a prescrição. E tornou público o documento. Barbosa tem problemas sérios de coluna. Estava em tratamento médico nos EUA e voltou ao Brasil no fim de semana seguinte ao pedido de Peluso. Já na segunda-feira, 19 de dezembro, apresentou seu relatório final, de 122 páginas, e, surpreendentemente, outro documento, de cinco páginas: uma carta endereçada ao presidente Peluso e também tornada pública, informando estarem todos os documentos do mensalão “integralmente digitalizados e disponíveis eletronicamente” há mais de quatro anos. Na carta, além disso, Barbosa classifica o ofício recebido de Peluso de “lamentável equívoco”, visto a digitalização ter sido aprovada, por proposta sua, em plenária do Supremo em maio de 2006, quando o processo ainda tramitava como inquérito, exatamente para “facilitar o acesso a ministros e advogados”.

Como se percebe, Peluso e Barbosa bateram cabeça em virtude da pressão da mídia. Não é segredo que Barbosa se animou com a repercussão de seu primeiro voto no caso do mensalão. Em 2007, quando encaminhou ao plenário, praticamente sem modificações, a denúncia do então procurador-geral Souza contra os 40 réus, a revista *Veja* o chamou de maior ministro da história do Supremo e ele foi recebido com aplausos por variadas plateias. A aparente pressa de Barbosa em responder a Peluso pode tê-lo levado a ignorar, por exemplo, o relatório da PF preparado pelo delegado Luiz Flávio Zampronha, tido como um refinamento da investigação sobre as origens do valerioduto, pois não há qualquer menção a esse documento nas suas considerações finais. Não há, também, menção às alegações finais de Luiz Gushiken tentando esclarecer os mecanismos de aprovação do uso dos recursos do Fundo de Incentivos do Visanet, tidos pela acusação como a principal fonte de alimentação do mensalão.

Os repórteres de RB avaliam que estão ocorrendo dois problemas políticos. Um: a investigação, para tentar provar a grande pretensão da acusação, ou seja, a de caracterizar “o maior crime político

da história do País”, demorou muito, mas foi muito malfeita e está inconclusa. Dois: há uma pressão política para que o plenário do STF, como já foi feito pelos dois procuradores-gerais da República

e pelo próprio Barbosa, simplesmente endosse o ponto de vista desse pretensão crime de ordem superior, sustentado pela grande mídia conservadora desde o início dessa história.

8. POR QUE DIRCEU? E POR QUE NÃO LULA? A oposição, no Parlamento e na grande mídia, avaliou a possibilidade do *impeachment* de Lula. No mínimo, quer a cabeça de José Dirceu

Na noite de 10 de junho de 2005, quando a oposição conseguiu instalar a CPMI dos Correios, criada a partir de uma denúncia específica de corrupção na estatal, mas voltada, claramente, para investigar a história do mensalão, o telefone tocou no amplo gabinete de José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil do governo Lula. Ele estava com Aldo Rebelo, à época ministro da Coordenação Política do governo, e com o atual governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que tinha sido vice-líder do governo na Câmara e na época era ministro da Ciência e Tecnologia.

Aldo e Eduardo haviam se tornado como que conselheiros políticos de Lula.

Na disputa pela presidência da Câmara se dizia: se Aldo perder, Nonô tira o *impeachment* da gaveta

E, a despeito de Aldo ter absorvido parte das atribuições que eram de Dirceu, pouco antes do chamado escândalo Waldomiro Diniz, no início do ano anterior, o então chefe da Casa Civil era ainda homem forte do governo e considerava os dois como políticos de grande habilidade e experiência e muito úteis ao governo. Além disso, ele gostava de Aldo e, mais ainda, de Eduardo. Naquela noite, Dirceu, Aldo e Eduardo faziam planos para o futuro, pois já se discutiam as eleições

de 2006 e os partidos dos três – PT, PSB e PCdoB – podiam ser vistos como o núcleo da esquerda e a força principal do governo Lula.

Os três avaliavam mal a situação. Achavam que a CPMI não seria instalada. A notícia da instalação os deixou sem ação por alguns segundos. Dirceu percebeu que era preciso relaxar um pouco e pensar. Pegou uma garrafa de uísque de uma pequena geladeira que tinha no gabinete, serviu uma dose para cada um e disse: “Vamos viver tempos difíceis”.

O governo Lula quase caiu com o mensalão. O ano de 2005 já tinha sido difícil para o PT. Em março, o partido perdera a presidência da Câmara para Severino Cavalcanti, de Pernambuco, do Partido Progressista, famoso por abrigar em suas fileiras (e por bom tempo na sua presidência) o polêmico deputado federal e ex-governador paulista Paulo Maluf. Severino ganhou porque o PT se dividiu: apresentou um candidato oficial, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), e um dissidente, Virgílio Guimarães (PT-MG). No primeiro turno Greenhalgh ganhou com 207 votos, contra 124 de Severino e 117 de Virgílio. No segundo, ganhou Severino: 300 votos, contra 195 de Greenhalgh.

Severino renunciou à presidência no dia 21 de setembro na esteira de uma campanha de denúncias de que teria recebido comissão por um contrato de um empreiteiro do restaurante da Câmara. Com a campanha do mensalão contra o PT, o partido ficou sem condições de apresentar um substituto para o lugar de Severino. Cerca de um mês antes, em agosto, Duda Mendonça havia dado seu dramático depoimento à CPMI dos Correios, dizendo ter recebido 10,5 milhões de reais do PT, não declarados à Justiça Eleitoral, num paraíso fiscal nas Bahamas.

Com as CPIs, Dirceu, Aldo e Eduardo voltaram à Câmara para a defesa do governo. Com o aval de Lula e a avalia-

ção de Eduardo de que o PMDB não o apoiaria, Aldo foi escolhido para disputar a presidência da Câmara. Ganhou com grande dificuldade. O primeiro turno terminou empatado com 182 votos para ele e 182 para José Thomaz Nonô, então deputado do PFL de Alagoas. Nonô era muito bem-visto na Câmara. Teve o apoio integral de seu partido e dos outros partidos oposicionistas, o PSDB e o PPS. E a chamada base aliada se dividiu entre os votos de Aldo e de outros três candidatos: Ciro Nogueira (PP-PI), com 76 votos, Luiz Antônio Fleury (PMDB-SP), com 41, e Alceu Collares (PDT-RS), com 18 votos. No segundo turno, Aldo ganhou por escassa margem: 258 contra 243 votos. Foi um alívio. Segundo a avaliação da trinca Dirceu, Aldo e Eduardo, se Nonô ganhasse, isso significaria que a ala direita da base governista tinha mudado de lado e estava aberto o caminho para o *impeachment* de Lula.

Segundo um artigo especial do jornal *Valor Econômico* sobre o mensalão, escrito pelos repórteres Raymundo Costa e Cristiano Romero, o *impeachment* de Lula era uma ameaça concreta. Do próprio núcleo mais próximo do presidente teria

saído uma proposta para, como diríamos, um recuo ofensivo de Lula: renunciar publicamente à reeleição no ano seguinte, como manobra defensiva para diminuir o ímpeto da oposição em levar adiante um processo de *impeachment*. Do lado da oposição, políticos como Fernando Henrique Cardoso achavam que não tinham força para derrubar Lula. “O *impeachment* é um ato político, o jurídico é outra coisa. Você vai para o tribunal. O ato político você tem que ter força para ganhar, não é ter a razão”, teria dito FHC a Aldo, segundo Costa e Romero.

Tudo indica que a oposição viu que não tinha forças para derrubar Lula. O primeiro editorial de *O Estado de S. Paulo*, o mais tradicional e consequente diário das forças conservadoras do País, no dia 8 de junho de 2005, logo após a primeira entrevista de Roberto Jefferson denunciando o mensalão, com o título de “O grande culpado”, apontou Lula, que estaria “farto de ouvir falar da compra de políticos”, como o responsável pelo escândalo. Três dias depois, publicou outro editorial, evidentemente mudando de ideia. O título era “O novo nome da crise” e esse nome aparecia por exten-

so: “José Dirceu de Oliveira e Silva”. Jefferson mudou de opinião também. No seu primeiro discurso tinha dito que Lula sabia do mensalão. Logo depois do editorial do *Estadão* saiu-se com a conclamação para Dirceu deixar o palácio para não prejudicar um “inocente”, Lula. A construção da tese do maior crime da história do País, sob o comando de José Dirceu, começou aí. A oposição, tanto a do Parlamento quanto a da grande mídia conservadora, agora tenta levar o julgamento no STF para o resultado de máximo desgaste possível do governo, que é de sacramentar na Justiça a tese de o PT ter cometido o maior crime político da história do País. Nada indica, no entanto, se ficará completamente satisfeita obtendo o resultado pretendido agora no STF. As eleições de 2014 logo virão e Lula pode ser candidato, dependendo do andar dos acontecimentos. O STF, no caso Collor, julgou a ação penal decorrente da investigação do Congresso com base nas provas dos autos. Se fizer um julgamento político com base numa suposta indignação da opinião pública contra o alvo atual da grande mídia, será um mau sinal. ■



FolhaImagem

O MENSALÃO FARÁ PARTE DA FAXINA?

A mídia conservadora, como vimos em nossa história, quer a condenação dos réus do mensalão para logo. Destes, o mais visado é José Dirceu. O presidente Lula disse que ia sair em defesa dos acusados há tempos e até agora não o fez. A presidente Dilma Rousseff o que fará? Em setembro do ano passado, na substituição do ministro do Turismo, Pedro Novais, do PMDB, vítima da chamada operação

faxina, ela nomeou para o posto Gastão Vieira, do mesmo partido. Vieira é um dos que, em 2005, no auge do mensalão, se disseram dispostos a eleger um presidente da Câmara capaz de apresentar o pedido de *impeachment* do presidente Lula. Não se pode esquecer que foi a presidente que indicou o grande inquisidor Roberto Gurgel. Provavelmente, ela nada fará para conter o clima de pressão que a mídia conservadora faz sobre o STF



FOME E MERCADO

A produção mercantil de comida e a alimentação podem entrar em antagonismo, resultando em desnutrição e miséria

O AGRÔNOMO BRASILEIRO José Graziano da Silva assumiu no mês passado o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês). Em entrevista coletiva concedida na sede da agência, em Roma, ele disse que sua mais alta prioridade à frente do órgão é eliminar a fome no mundo – que, estima-se, aflige cerca de 1 bilhão de pessoas. Por isso, a FAO começará imediatamente a apoiar ações nesse sentido em países com população de baixa renda e déficit alimentar, especialmente os que estão passando por crises.

Antes de chegar ao posto atual, Graziano da Silva era o representante geral da agência para América Latina e Caribe. Foi também ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome entre 2003 e 2004, durante a primeira administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E parece ser na experiência brasileira que ele busca

inspiração e apoio para dar conta do desafio. “Com sua experiência reconhecida na área de segurança alimentar, o Brasil deve equipar-se institucionalmente para fazer desse trunfo o principal eixo de uma política revigorada de cooperação internacional”, escreveu ele em artigo publicado pelo diário *Valor Econômico* no final do ano passado.

Uma forma de entender por que a fome é um problema tão grave – apesar de a produção global de alimentos ser suficiente para suprir adequadamente todos os 7 bilhões de seres humanos – é o índice para os preços internacionais dos alimentos, publicado mensalmente pela FAO desde 1990. Trata-se de um levantamento que mede a variação das cotações de uma cesta de cinco grupos de produtos básicos – cereais, azeites e gorduras, carnes, produtos lácteos e açúcar – negociados globalmente como *commodities*, isto é, mercadorias. Dias após a posse do brasileiro, a agência

divulgou o relatório referente a dezembro do ano passado. Apesar de o índice ter recuado 2,4% em relação ao de novembro, o relatório deixa claro que a média geral do ano passado – que alcançou 200 pontos – atingiu o recorde histórico da série, superando o ápice anterior, de 165 pontos, estabelecido em 2008.

Observado ao longo dos últimos anos, o índice revela, além de tendência crescente, outro tipo de comportamento problemático: a instabilidade, com altas e baixas de preços. “A volatilidade decorrente deforma em vez de lubrificar a acomodação entre oferta e demanda”, escreveu o agrônomo brasileiro em outubro passado. E quem mais sofre com as oscilações são os mais pobres, que gastam grande parte de sua renda com comida. “Quase 80% da humanidade vivem com menos de 10 dólares por dia”, diz Graziano da Silva. “Para a parcela predominante do planeta, portanto, a



Laerte Silvano

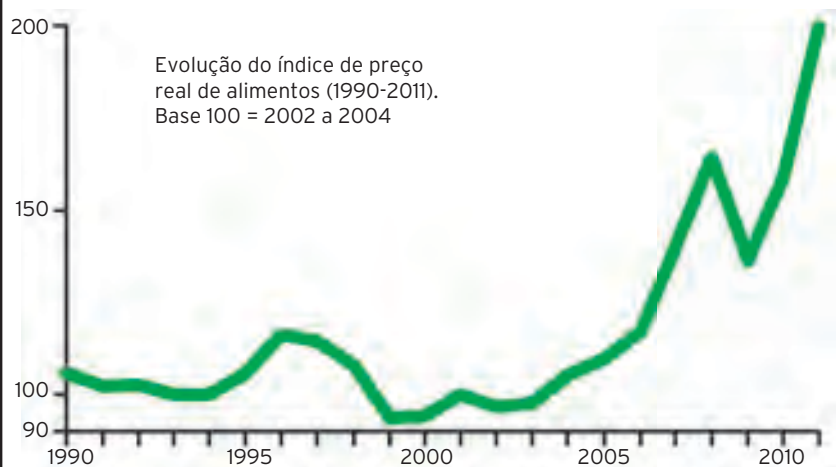
face mais visível da crise [em curso] são as oscilações abruptas dos preços da comida e a ameaça de fome.”

O dirigente da FAO atribui à “financeirização” do mercado global de *commodities* grande dose de responsabilidade na oscilação dos preços dos alimentos. “Em mercados desregulados, isso faz aumentar a volatilidade: quando o preço está subindo, a financeirização empurra mais para cima e, quando está descendo, empurra mais para baixo” – o que leva à ruína os pequenos produtores.

Ele alerta também para o fato de que a produção alimentar cresce, mas a fome não diminui e os estoques de alimentos seguem em níveis baixos. “Em resumo, as promessas de abastecimento *just in time* [com estoques mínimos e produção sob demanda] pelo mercado não se confirmam.” Graziano da Silva ressalta que a agricultura precisa de investimentos e que “o grosso dos recursos deve vir da esfera privada”. O problema é ►

SUBINDO E OSCILANDO

Os preços das principais *commodities* alimentícias quase duplicaram desde 1990, em meio a altas e baixas. O recorde foi batido no ano passado, após grande recuo em 2009



Fonte: FAO

que esta tem por objetivo o lucro, e não “acabar com a fome”.

Esses são alguns dos principais aspectos abordados por Fred Magdoff no artigo que reproduzimos nas páginas a seguir. O autor – professor emérito de ciências das plantas e do solo da Universidade de Vermont (EUA) – produziu o ensaio “Food as a commodity”, publicado na edição do mês passado de *Monthly Review*, mensário americano de orientação marxista da qual ele é um dos principais colaboradores. No texto, Magdoff – organizador também, com Brian Tokar, de *Agriculture and food in crisis* (Monthly Review Press, 2010) – apresenta um breve histórico

da produção alimentar e mostra como o capitalismo engendrou uma mudança fundamental nesse campo, ao transformar os alimentos em pura mercadoria, privilegiando-os como objeto de comercialização e lucro. Ele fala de como a combinação dessa tendência com as pressões contrárias à economia camponesa abriu o caminho para a produção alimentar por grandes corporações e de como a desregulação dos mercados financeiros – mencionada por Grazianno da Silva –, iniciada nos anos 1980, articulada com a retirada do Estado de vastos setores da economia, facilitou a comercialização global de *commodities* em níveis nunca antes alcançados. O índice

de preços divulgado pela FAO reflete, de forma geral, os resultados desse processo sobre os alimentos.

A conclusão mais geral de Magdoff é que, à medida que a comida tornou-se mercadoria, de forma radical, sua produção deixou de ter os antigos vínculos com a satisfação de uma das mais básicas necessidades humanas – a alimentação. Mesmo porque a produção mercantil de alimentos e a alimentação podem entrar em radical antagonismo, como quando a redução da oferta, de um lado, eleva os preços e os lucros dos produtores e, de outro, como diz Magdoff, resulta em “fome, desnutrição, mortes prematuras e penúria”. [Armando Sartori]

COMIDA COMO MERCADORIA

A produção mundial de alimentos poderia acabar com a fome, mas o capitalismo torna a comida cara e inacessível

por Fred Magdoff, da *Monthly Review*

A ALIMENTAÇÃO É uma das necessidades mais básicas do ser humano. O acesso a uma dieta equilibrada é essencial para o crescimento e desenvolvimento dos mais jovens, bem como para a saúde em geral ao longo da vida. Embora os alimentos sejam abundantes, a desnutrição ainda é comum. A contradição entre a abundância da oferta mundial de alimentos e a existência de fome e desnutrição disseminada pelo mundo surge principalmente pelo fato de que o alimento vem sendo considerado uma mercadoria (*commodity*) como qualquer outra.

Ao longo de muitos milênios após a origem de nossa espécie, os seres humanos eram essencialmente caçadores-coletores – uma existência em que deveriam surgir algumas necessidades alimentares, pode-se pensar. Contudo, a julgar pelas evidências arqueológicas, assim como por estudos recentes, caçadores e coletores geralmente consumiam uma dieta diversificada que fornecia uma nutrição adequada. Por exemplo, estudos desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 sobre o povo !kung (bosquímanos), do sul da África, indicam que, por milhares de anos, esse povo caçava

somente para comer, e mais ou menos dois terços de sua alimentação eram constituídos de vegetais – sementes oleaginosas (que supriam mais de um terço da ingestão calórica), frutas, raízes e grãos. Sua dieta diária era de aproximadamente 2,4 mil calorias. Os grupos de caçadores-coletores eram igualitários e todos participavam do processo de provisão de alimentos.

A agricultura, desenvolvida entre 7 mil e 10 mil anos atrás, passou a produzir alimento excedente, o que permitiu o desenvolvimento das cidades, surgindo com isso as hierarquias e as civilizações – além de agricultores, artesãos, sacerdotes, reis, guerreiros, escribas e outras funções. Mas o surgimento do excedente não significava que as pessoas estavam mais bem nutridas do que quando eram caçadoras e coletoras. Na verdade, é possível que a diminuição da variedade de alimentos em relação à dieta dos caçadores-coletores, juntamente com a maior ingestão de grãos como uma das principais fontes de calorias, possa ter prejudicado a saúde dos primeiros agricultores – como parece indicar a diminuição da altura destes em comparação à dos caçadores-coletores.

Nessas sociedades agrícolas, a produção de alimento excedente era direcionada principalmente às classes não produtoras de alimentos. A maioria das sociedades agrícolas pré-capitalistas tinha muitos produtores em relação à classe não produtiva.

Em alguns impérios antigos os tributos assumiam a forma de alimentos transportados do local de produção para regiões distantes. O norte da África, por exemplo, era o celeiro de Roma. Grande parte da história chinesa envolveu o desenvolvimento de infraestrutura para armazenar e fornecer alimentos para regiões distantes de seu local de produção. No entanto, em grande parte do mundo (incluindo a Europa feudal), o alimento era produzido por camponeses e consumido pelas famílias ou então comprado por aristocracias em regiões muito distantes do local de produção. O que existia muitas vezes era o mercado baseado no escambo, em que o alimento era trocado em espécie, sem se configurar ainda como uma mercadoria.

Isso mudou com o capitalismo e a produção generalizada de mercadorias. O

acúmulo interminável de lucros, força motriz do sistema capitalista, acontecia com a produção de mercadorias e a prestação de serviços vendidos a um preço acima dos custos de produção. Produção com o propósito de venda e lucro, em vez de para o uso em si, é uma característica que define o capitalismo e todas as trocas de mercadorias que ocorrem no mercado. Durante as primeiras fases desse sistema, quando a maioria das pessoas ainda vivia e trabalhava na terra, uma grande quantidade de alimentos era cultivada para ser consumida em seu local de produção, nas áreas rurais, e não existia como mercadoria. No entanto, os agricultores que viviam mais próximos das cidades em expansão ou próximos a meios de transporte fluvial enviavam os alimentos aos centros urbanos industrializados.

O caráter de mercadoria do alimento tornou-se muito mais evidente quando o capitalismo cresceu e conquistou a maioria das sociedades mundiais. Potências imperiais inseriram os camponeses na economia monetária ao cobrar impostos em dinheiro em vez de em produtos. A necessidade de obter dinheiro para pagar impostos iniciou um processo que converteu parte dos alimentos produzidos em mercadoria.

A fase industrial do capitalismo diminuiu a população rural na Europa, na América do Norte e no Japão. Pessoas foram forçadas a abandonar a terra e procurar trabalho nas cidades, mudando-

se para os centros industriais em expansão – muitos também migraram da Europa para América do Norte, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e outros lugares. Com o desenvolvimento de canais, ferrovias e sistemas rodoviários, foi possível transportar alimentos a longas distâncias dentro dos continentes. O avanço do transporte pelos mares também diminuiu consideravelmente o custo do comércio global de alimentos.

Quase todas as culturas e animais criados com a escala e a abordagem da agricultura industrial são vendidos como mercadorias quaisquer. Agricultores vendem as colheitas para compradores que revendem o produto em estado bruto para ser processado – ou eles mesmos o processam. Com as mercadorias semiprocessadas em mãos, vendem o que têm aos processadores finais/embaladores, que, por sua vez, revendem para os atacadistas, que tornam a vender, agora para os varejistas, que, por fim, comercializam para o público consumidor. Assim, os agricultores que produzem a maior parte dos alimentos nos países ricos assumiram uma grande distância do público consumidor final de seus produtos – não só fisicamente, mas também pela longa cadeia de intermediários que há entre as fazendas e a mesa das pessoas. A mecanização agrícola aumentou a produtividade do trabalho, resultando em menos agricultores e em

fazendas maiores. Quando os métodos industriais foram aplicados para o aumento de culturas e a criação de animais, o setor agrícola primário cresceu radicalmente e tornou-se muito concentrado – com relativamente poucas empresas produzindo e vendendo máquinas agrícolas, fertilizantes, pesticidas e sementes. O sistema de alimentos industrializados também viu a concentração e centralização da produção e o crescente poder de monopólio. Por exemplo, grandes empresas de “proteína” (carne) interligadas entre si firmam contrato com os agricultores para que seja feita a produção de aves e suínos em grandes instalações sob condições precárias e com superlotação de animais. Devido à exigência, por parte das empresas, de que seus contratados estejam localizados perto das instalações de abate, passaram a existir longas distâncias para o transporte dos alimentos. Os bovinos de corte são, cada vez mais, criados em grandes áreas de confinamento.

Na verdade, a agricultura, com o aumento das culturas e da criação de animais, é apenas uma parte do sistema alimentar. O caráter de mercadoria de todas as partes do sistema agrícola/alimentar – insumos, o cultivo em si, a obtenção e o processamento dos bens agrícolas e o comércio de atacado e varejo – faz com que diferentes tipos de mercadoria sejam produzidos e comercializados. A agricultura em si foi reduzida a ser apenas um componente dentro de um sistema ►



As empresas só pensam na venda, não importando se o “produto” é uma necessidade social ou um luxo – como um jato particular ou um palacete

maior de agronegócio. Muitos pequenos agricultores nos EUA têm sido, cada vez mais, subcontratados por grandes corporações. Os insumos da agricultura foram um dos últimos setores da economia a passar pela concentração da propriedade, o que resulta na existência de menos empresas de máquinas, menos indústrias de agrotóxicos (fertilizantes e pesticidas) e menos empresas de sementes. Poucos insumos e a existência de empresas de aquisição/processamento são capazes de exercer um grande monopólio de poder. Um dos mais recentes desenvolvimentos no setor de insumos tem sido a criação de uma variedade de alimentos transgênicos (produtos geneticamente modificados, ou GM). A consolidação dessa indústria foi impulsionada pelo crescente controle exercido sobre os preços (e sobre agricultores), e, hoje, aproximadamente 40% de todo o mercado de sementes no mundo são controlados por três empresas – Monsanto, DuPont e Syngenta.

No mundo, ainda há uma porção significativa de alimentos produzidos em pequenas propriedades para uso

pessoal ou destinados ao comércio local – na América Latina, na África e na Ásia. Contudo, nos EUA, na Europa Ocidental e na Austrália (agora no Brasil e, mais recentemente, na Argentina, no Paraguai e na Bolívia), cada vez mais as colheitas, destinadas aos mercados nacional e internacional, são feitas em grandes fazendas, altamente mecanizadas. A maioria desses países promove ativamente a produção em grande escala para exportação, tanto para favorecer o câmbio quanto para auxiliar na situação da balança de pagamentos.

Há um número importante de implicações sobre o caráter de mercadoria da produção, do processamento e do consumo de alimentos. Nas economias capitalistas, como foi observado, quase todas as empresas são voltadas à produção de mercadorias para a venda – não importando se o “produto” é uma necessidade absoluta, assim como o alimento e os cuidados com a saúde, ou um luxo, assim como um jatinho particular ou uma casa enorme. Cada vez mais, os recursos naturais do mundo, incluindo a

água e vários elementos essenciais à vida, têm sido colocados sob o controle privado com o objetivo de produzir lucros, em vez de suprir as necessidades das pessoas.

No entanto, há uma contradição fundamental quando qualquer necessidade humana básica é produzida e vendida como mercadoria, seja ela alimento, saúde, água potável ou abrigo. O capitalismo naturalmente produz uma estratificação da riqueza, em que se observam os desempregados, os trabalhadores pobres, uma classe de trabalhadores mais remediada, a classe média e um grupo relativamente pequeno de indivíduos muito ricos. Os estratos mais baixos da sociedade – abrangendo os membros que Karl Marx chamou de exército industrial de reserva – são essenciais para o bom funcionamento do sistema. Isso permite fácil acesso à mão de obra trabalhadora quando a economia se expande e ajuda a manter os salários baixos, já que os trabalhadores têm consciência de que podem ser substituídos facilmente. Mesmo em um país rico, como os EUA, os desempregados e os que estão empregados



em serviços de baixa remuneração não conseguem fazer frente ao custo de vida básico – aluguel, eletricidade, transporte (o desenvolvimento urbano sem planejamento racional, acrescido de um serviço de transporte público inadequado, resulta na necessidade de utilizar o carro para chegar ao trabalho), roupas, cuidados médicos, alimentos etc.

Considerando-se o fato de que a pobreza nos EUA não significa a miséria absoluta, os pobres possuem algumas opções: podem comprar mais ou menos comida, de maior ou menor valor nutricional, pular refeições, conseguir auxílio-alimentação fornecido pelo governo (nos EUA, é chamado de Snap, Supplemental Nutrition Assistance Program [Programa de Assistência de Nutrição Suplementar, em tradução livre]) ou receber assistência alimentar de instituições de caridade. Geralmente, resta pouco dinheiro aos pobres para a alimentação depois de pagar o aluguel e outras contas. Em meados do ano passado, cerca de 46 milhões de pessoas recebiam assistência alimentar de programas governamentais, por mais inadequado que o programa seja. Ainda assim, apesar da abundância de alimentos, da média elevada de renda *per capita* e de diversas formas de assistência disponíveis, aproximadamente 50 milhões de pessoas nos EUA estão enquadradas em situação de “insegurança alimentar”. Dentre elas, mais de 12 milhões de adultos e 5 milhões de crianças possuem um *status* de segu-

rança alimentar “muito baixo”, com um ou mais membros da família reduzindo a ingestão de alimentos.

Claro, em algumas partes do hemisfério Sul as condições são muito piores. O caráter de mercadoria dos alimentos resulta em preços muito acima dos que as pessoas podem suportar, produzindo a falta de nutrição adequada. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que haja cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo sofrendo de desnutrição. Isso resulta em graves problemas de saúde e na morte de milhares de pessoas. A privação de alimentos, embora tenha ficado aquém dos números de desnutrição grave, ainda é uma condição muito séria. Assim, certo senso de injustiça, associado aos preços crescentes dos alimentos e ao acesso desigual à alimentação, foi um fator importante que estimulou revoltas no mundo árabe ao longo do ano passado.

Devido ao fato de que os produtos alimentares são mercadorias e de que o objetivo principal do sistema agrícola/alimentar é vender mais e produzir mais lucros, há um forte mercado publicitário envolvendo a alimentação, especialmente o setor mais lucrativo: o alimento industrializado. Alimentos de alta taxa calórica, mas de baixo valor nutricional, como cereais matinais açucarados, são empurrados para as crianças. E, por esses alimentos serem relativamente baratos e estarem disponíveis em lojas de conveniência que

não comercializam alimentos de boa qualidade, como frutas e vegetais, o caráter de mercadoria dos alimentos é parte da explicação para o aumento da obesidade, especialmente entre os pobres.

O cultivo de alimentos possui diferentes utilidades além do consumo humano. Os alimentos podem ser industrializados de diversas formas – pães, batatas fritas, refeições congeladas, massas, sorvetes, entre outros. O milho geralmente é processado para a obtenção de amido industrial e açúcares (com alto teor de frutose). Uma porcentagem relativamente alta do milho e da soja cultivados nos EUA é usada para alimentar aves e suínos, bem como bois e vacas leiteiras (que, do ponto de vista ambiental, deviam comer capim e leguminosas, que são convertidos em energia e proteínas pelas bactérias em seu sistema digestivo). Além disso, também são cultivados para atender aos esforços para diminuir a dependência do petróleo importado e ter uma fonte supostamente mais “verde” de combustíveis – milho, soja, canola, cana-de-açúcar, óleo de palma e pinhão-manso (uma cultura não comestível produzida apenas para a obtenção de biocombustíveis) são cultivados para a produção de etanol ou biodiesel.

Nos EUA e na Europa, existem decretos governamentais e subsídios que incentivam a produção de culturas comestíveis e não comestíveis usadas como matéria-prima de biocombustível. Essa é uma parte importante da expli- ▶



Laerte Silvino

O consumo crescente de quinoa no hemisfério Norte beneficia os agricultores dos Andes, mas torna seu preço proibitivo na região em que é produzido

cação para o mercado competitivo e os altos preços do milho e das oleaginosas. Um relatório da FAO diz: “Ao gerar uma nova demanda por produtos alimentares que pode deixar de fora países pobres e populações afetadas pela insegurança alimentar, os biocombustíveis industriais destacam a tensão entre uma demanda potencialmente ilimitada (nesse caso, por energia) e as restrições de um mundo com recursos finitos”. Foi a busca de outro mercado para o milho que induziu Dwayne Andreas, CEO do conglomerado Archer Daniels Midland (ADM), produtor, distribuidor e comprador de cereais e plantas oleaginosas, a tentar ganhar alguma influência junto a políticos e gastar prodigamente, nos EUA, tanto com os democratas quanto com os republicanos. A ADM foi a empresa que mais incentivou a indústria de etanol de milho e pode ser considerada a precursora da determinação que estipula misturar uma porcentagem de etanol à gasolina (durante o processo, a taxa de etanol aumentou de 10% para 15%).

O caráter de mercadoria dos alimentos por si só limita o acesso dos pobres. As pressões do mercado e incentivos contribuem para o intercâmbio de culturas alimentares fundamentais que também podem ser usadas na alimentação de animais ou gerar combustível, com a possibilidade de produzir culturas para uso estritamente industrial, se o preço for interessante, e com a enorme quantidade de acúmulo e especulação em *commodities* agrícolas. A terra pode ser cultivada para uma série de propósitos: produzir alimento para pessoas – que têm um grande potencial de também alimentar animais – e matérias-primas industriais (algodão, pinhão-manso, milho para produzir açúcar e outros produtos, e culturas como o feno, que são estritamente para animais). São os preços do mercado que orientam a produção dos agricultores. Quando os preços do etanol aumentam, mais terra é destinada à produção de milho para o etanol. Se o preço do algodão

aumenta, uma porção da terra que teria sido destinada ao cultivo de milho e soja será utilizada pelo algodão. Os preços de mercado também guiam a utilização final de culturas de usos múltiplos. Por exemplo, a soja deve ser usada para fazer óleo vegetal de consumo humano, para alimentar animais ou para ser convertida em biodiesel? A necessidade de alimentar pessoas famintas não entra no cálculo.

Quando um país pobre (do grupo dos chamados países “em desenvolvimento”) tenta resolver seus problemas alimentares incentivando os agricultores a produzirem mais, os preços das colheitas tendem a diminuir, contribuindo assim para o aumento do acesso dos pobres aos alimentos. No entanto, a diminuição dos preços pode ser problemática para os agricultores, muitos dos quais são pobres. Isso aconteceu recentemente na Zâmbia, onde “a produção massiva pode derrubar os preços drasticamente. Os menores agricultores, que são os menos produtivos, sofrem duas vezes: produzem pouco e recebem uma ninharia pela colheita” (*The Nation*, 3/10/2011). Assim, as colheitas na agricultura capitalista tendem a favorecer os grandes agricultores, especialmente aqueles que usam insumos, tais como irrigação e fertilizantes, que auxiliam a obter altos rendimentos. No entanto, os preços baixos resultantes disso podem levar à profunda pobreza os pequenos agricultores, muitos deles incapazes de proteger suas colheitas dos caprichos da natureza e da falta de recursos financeiros para enfrentar tempos difíceis.

Uma nova dimensão tem sido adicionada ao fenômeno do alimento como mercadoria: a apropriação de novas terras, com capital privado e recursos do Estado, ou o arrendamento de terras na África, Ásia e América Latina para produzir alimentos e biocombustíveis direcionados aos mercados de origem dos investidores. Assim como o alimento, o insumo mais básico para sua produção, o solo, torna-se uma mercadoria oportuna para especulação ou grandes lances.

Em muitos países do hemisfério Sul, o sistema tradicional de posse da terra é deixado de lado no ato da compra ou contrato de aluguel a longo prazo com capitais privados ou provenientes do Tesouro nacional. O objetivo é ganhar dinheiro ou levar alimento ou combustível (pinhão-manso ou outras culturas que geram combustível) ao “lar” dos mercados consumidores. Isso cria um processo ainda mais rápido de êxodo rural, à medida que os agricultores são impulsionados a se mudarem da terra onde vivem e se instalam em favelas da cidade, onde não há emprego para eles. Estima-se que cerca de 20 milhões de hectares ou foram vendidos ou estão sob arrendamento a longo prazo para países ou capital estrangeiros: “Na África, isso é chamado de apropriação de terras ou neocolonialismo. Países ansiosos por garantir seu suprimento de alimentos – incluindo Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul (terceiro maior importador mundial de milho), China, Índia, Líbia e Egito – estão à frente de uma corrida frenética na tentativa de adquirir campos agrícolas ao redor do mundo, mas principalmente na faminta África” (*The Independent*, 3/5/2009).

O “maior e melhor uso” de qualquer mercadoria é aquele em que se pode obter o melhor preço, independentemente de suas consequências sociais, ecológicas ou humanitárias. Um pequeno exemplo das contradições que surgem desse critério é o resultado do mercado crescente no hemisfério Norte por quinoa, grão cultivado nos Andes, muito nutritivo devido a seu equilíbrio de aminoácidos. Ele beneficia os agricultores pelo crescente preço das colheitas, mas, ao mesmo tempo, esse alimento tradicional e nutritivo está ficando caro demais para as pessoas que vivem nos locais em que ele é cultivado (*The New York Times*, 19/3/2011).

Outra implicação do caráter de mercadoria do alimento é que ele está cada vez mais sujeito à especulação de

preços. Mercadorias primárias como metais e alimentos tornaram-se um dos principais alvos de especuladores que querem apostar na variação de preços de produtos tangíveis, em vez de depender completamente das complexas apostas feitas em muitos “instrumentos financeiros”. A Chicago Board of Trade (CBOT, de propriedade da Bolsa de Mercadorias de Chicago), inaugurada em 1848, é a organização mais antiga em mercado futuro e de opções. Ao longo da maior parte de sua história, a CBOT e outros centros de comercialização de *commodities* foram utilizados principalmente por pessoas interessadas em adotar estratégias de cobertura para proteger suas operações financeiras, pois compravam, vendiam ou utilizavam os produtos físicos – agricultores, intermediários e empresas processadoras de alimentos. Era uma boa maneira de proteger os negócios contra os caprichos do clima e da concorrência. Mas com a financeirização da economia tudo se tornou presa fácil para especulação, tanto para alimentos quanto para outros produtos agrícolas (assim como outras mercadorias primárias), que se transformaram ainda mais em alvo de apostas. Com o chamado Commodity Futures Modernization Act o mercado de *commodities* foi liberado do controle governamental em 2000 e produtos financeiros “estruturados” foram desenvolvidos para permitir vários tipos de especulação. Além de apostas em *commo-*

dities individuais, um produto financeiro conhecido como *commodity index funds* (o pioneiro nessa modalidade é o banco de investimento Goldman Sachs) começou a acompanhar o preço das *commodities*. A quantidade de dinheiro aplicada nesses fundos aumentou de 13 bilhões de dólares em 2003 para 317 bilhões de dólares em 2008. Com referência a isso, Mike Master, gerente de fundos de hedge (que oferecem uma proteção parcial contra os riscos do investimento), explicou: “Os especuladores hoje possuem cerca de 70% dos contratos em aberto nos mercados de *commodity*. Há dez anos, eles controlavam cerca de 30%” (CNN Opinion, <http://cnn.com>, 22/6/2011). Com tanto dinheiro fluindo nos mercados de *commodity*, os preços tiveram um impulso ascendente em uma retomada especulativa. Claro, isso não significa que os preços das *commodities* vão continuar subindo – eles flutuam baseados nas condições econômicas, nos níveis mundiais dos estoques de alimentos, no rendimento das colheitas, nos rumores e nos modismos. Mas a especulação eleva e diminui os preços com rapidez. Como consequência, durante os picos, contribui para a fome de muitas pessoas – milhões delas, algumas vezes. E, quando os preços caem, colabora para a ruína dos pequenos produtores.

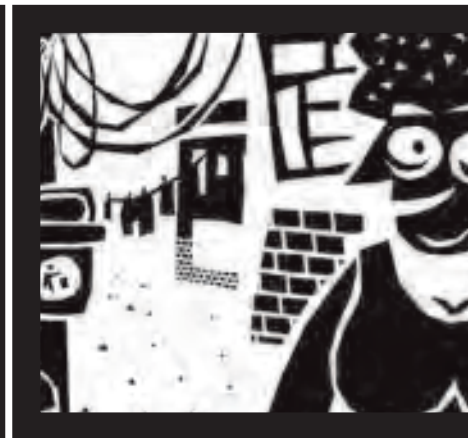
Quando o alimento – uma necessidade básica para a saúde e a sobrevivência do ser humano e que é produzido,

internacionalmente, em quantidade que seria suficiente para atender a toda a população mundial, seguindo uma dieta nutricional básica – torna-se uma mercadoria, os resultados são a rotina de fome, desnutrição, mortes prematuras e penúria enquanto a oferta reduzida resulta em preços excepcionalmente altos. Há exemplos de agricultores que tentam organizar meios alternativos de cultivo de alimentos direcionados às pessoas, e não ao mercado – tais como, nos EUA, as fazendas da CSA (Community Supported Agriculture, ou seja, Agricultura Apoiada pela Comunidade), nas quais as pessoas compram (geralmente em uma escala flexível, de acordo com as possibilidades de pagamento) parte da produção durante o cultivo. Esses acordos entre agricultores e o público consumidor são animadores, por demonstrarem a possibilidade de uma abordagem alternativa para a questão da alimentação. Contudo, a única maneira de garantir que o alimento chegue a todas as pessoas em quantidade e qualidade suficientes é desenvolver um novo sistema, que tenha a alimentação como um dos direitos humanos, e não mais como uma mercadoria. Só assim seremos capazes de seguir o *slogan* “Alimento para as pessoas, não para o lucro” (do movimento, organizado nos anos 1960 e 1970 nos EUA que considerava a alimentação um direito coletivo). ■

[tradu o de Carolina Curass Rosa]



Laerte Silvino



SOMBRAS, CORES E LUZES DA FAVELA

História (verídica) em quadrinhos de André Diniz e fotos de Maurício Hora comentam o drama e a poesia dos morros cariocas

por Juliana Andrade e Maurício Cardoso

HÁ VASTA E célebre produção artística sobre as comunidades dos morros cariocas. Território simbólico, a favela já foi cantada e recantada, filmada, analisada e, obviamente, invadida um sem-número de vezes na história recente do País. Do Cinema Novo à MPB, de Michael Jackson a anônimos antropólogos, a favela, cenário mítico, sempre foi um alvo a ser desvendado ou sacralizado, enquanto seus moradores-personagens oscilavam entre a fama instantânea da sociedade do espetáculo e o preconceito cotidiano de quem “desce para o asfalto” com o estigma de “favelado”.

A história em quadrinhos *Morro da Favela*, de André Diniz, conta a história verídica de Maurício Hora, filho de traficante que conquistou notoriedade como fotógrafo. Morador do morro da Providência (nome pelo qual o morro da Favela é mais conhecido), Maurício empresta sua biografia como base para o livro, que descreve as transformações da favela desde a

década de 1960. Foi nessa época que Luiz, pai do personagem, tornou-se o simpático chefe da malandragem, controlando o jogo do bicho na comunidade. Com o início do tráfico, Luiz assumiu o comando, criando pontos de venda e gerenciando a circulação da mercadoria. No entanto, acuado pelas prisões e extorsões da polícia e pressionado pela nova bandidagem, o velho malandro saiu de cena.

Além dos quadrinhos, com roteiro de Diniz, o livro traz um ensaio fotográfico de Maurício Hora e um prefácio enxuto e certeiro de Marcus Faustini (autor do *Guia Afetivo da Periferia – Aeroplano*, 2009. Veja resenha e entrevista com o autor em *Retrato do Brasil* n° 33) que comemora a originalidade formal e a relevância política da publicação.

A crueza do preto e branco ressalta a vontade documental do trabalho, enquanto o traço estilizado de Diniz sugere um mergulho nas memórias do personagem biografado, evocando episódios que reve-

lam apenas o necessário para dar sentido à trama de sua vida. É, portanto, pelo olhar de Maurício que acompanhamos a trajetória de sua família, num cenário de barracos e becos de um tempo em que a pobreza urbana não era sinônimo de insalubridade, quando ainda existiam terrenos amplos e vazios separando as moradias.

Da infância ingênua aos conflitos da adolescência e decisões de juventude, o personagem encontra, numa situação casual, sua vocação para a fotografia. A narrativa, porém, não cai na sedução do melodrama, tão comum na abordagem do estigma social. Amigos entram para o tráfico, outros são mortos em ações criminosas da polícia, outros vivem do trabalho mal remunerado. Entre derrotas e conquistas, a história de Maurício é o registro biográfico sem *glamour*, nem reviravoltas dramáticas. Ele poderia ter morrido, não morreu. Poderia ter virado bandido, não virou.

Um conjunto de referências a produções culturais e a políticas urbanas das últimas décadas, que dão àquele pedaço do Rio de Janeiro uma originalidade simbólica, é retomado pelo livro. Primeira favela do País, o morro da Providência já nasceu famoso: lá se instalaram precariamente os soldados veteranos da Guerra de Canudos, esperando que o governo cumprisse a promessa de construir moradias para todo o contingente militar. A promessa virou pó e a moradia temporária, permanente. Depois, outras favelas surgiram, sempre a partir da ocupação de terras públicas, em toda a cidade, como alternativa de habitação popular e barata.

De modo mais geral, no imaginário brasileiro a representação sobre a favela teve trajetória marcante na cultura nacional dos últimos cem anos. Berço natural do samba, adquiriu, pouco a pouco, posição de destaque, costurando parcerias



Divulgação

entre os compositores do morro e os do asfalto desde os idos tempos da Rádio Nacional. Idealizada pelo Cinema Novo e pelo teatro de esquerda nas décadas de 1950 e 1960, a favela compartilhou com o sertão nordestino – outro território mítico do projeto de revolução nacional – o lugar da rebeldia e da resistência à exploração do trabalho. Na década de 1970, novo ponto de inflexão, a ideia de pobreza como reduto das “classes perigosas” ecoava retumbante com o aumento da criminalidade urbana, provocada pelo violento processo de modernização tecnológica e desigualdade social.

Mais recentemente, o sucesso e a polêmica provocados por filmes como “Cidade de Deus” (Fernando Meirelles, 2002, adaptado do livro homônimo

de Paulo Lins) e outras obras culturais marcaram um retorno da favela à pauta nacional, como parte de um movimento bem mais amplo e complexo que inclui, por um lado, o discurso e as políticas de inclusão do governo Lula – que estimulou a produção cultural das periferias –, e, por outro, o acirramento da guerra urbana do tráfico e das milícias cariocas. O Rio segue como palco privilegiado desses processos, que estão também em plena atividade em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e outras metrópoles brasileiras. Música, teatro, literatura, vídeo, cinema e teledramaturgia, seja com produções caras do *mainstream*, seja com esquemas baratos de autores e grupos das próprias comunidades: na última década, a produção sobre a favela tornou-se, simultaneamente, tema nacional e produto de exportação.

A despeito do debate intelectual, o discurso conservador e as políticas urbanas mantiveram, via de regra, o dedo firme na mesma tecla: favela é lugar de bandido. Diante dessa visão hegemônica, toda ação repressora e intervencionista justifica-se, particularmente quando o assunto é especulação imobiliária.

O morro da Providência está inserido no coração de uma região portuária que hoje recebe atenção redobrada dos empreendedores e das políticas públicas urbanas que investem bilhões de reais no projeto do Porto Maravilha e prometem revitalizar a região. Como todo esse empreendimento vai tratar essa população pobre que habita o morro há mais de um século? Será que assistiremos, mais uma vez, a uma política de segregação socioespacial em nome do progresso e do desenvolvimento? Nesse sentido, o livro chega em boa hora.

Maurício viveu essas transformações na dupla condição de fotógrafo e favelado. Como Buscapé, herói de “Cidade de Deus”, ele encontrou na fotografia sua

ferramenta de trabalho, longe do destino reservado à maioria dos moradores do morro, que engrossa as massas de precarizados e mal remunerados. No entanto, Maurício não fez da profissão um passaporte para a vida no asfalto. Mesmo depois da fama internacional, continua morando no morro e trabalhando com projetos sociais. Suas fotos revelam a tensão entre a pegada militante e a inspiração artística.

O ensaio fotográfico de Maurício, no final do livro, produz estranhamentos pela originalidade do olhar. Das várias fotos panorâmicas, evidencia-se o lugar estratégico do morro, encravado entre a Central do Brasil, a baía de Guanabara e o sambódromo. Por si só, um morro fotografado à noite já é inusitado. Em uma das imagens, que destaca o quanto ainda é válida a justaposição atraso/modernidade, apesar das complexidades sempre renovadas, aparece ao fundo o sambódromo, tão iluminado que chega a ofuscar as formas da arquitetura de Niemeyer. No primeiro plano, em luz amarelada, vemos um quintal de barraco. Painéis, latas e bacias sob um jirau indicam (ainda) a deficiência do abastecimento básico no alto do morro. Quantas “Marias” ainda sobem o morro com suas latas d’água? Mas elas, curiosamente, não aparecem na foto. Não há ninguém à vista. Só uma luz de dentro do barraco onde, provavelmente, os moradores assistem ao desfile pela televisão.

Outra foto, impressionante em sua sugestão de leituras distintas, escancara um amanhecer de texturas incomuns, que nos faz oscilar entre a história e a arte, o real e o simbólico – como se ilustrasse a frase de Cartola: “Alvorada, lá no morro, que beleza!”. Mas as luzes, cores e matizes capturados por Maurício – verdes, azuis, amarelos, encarnados – são, ainda, uma revelação. ■

MORRO DA FAVELA

Autores André Diniz e Maurício Hora
Editora Barba Negra
Ano 2011
Páginas 128



A REVOLTA CAMPONESA DE PORECATU

A luta pela terra e um emocionante retrato de vidas revolucionárias do nosso povo, no estudo de Marcelo Oikawa

por Carlos Azevedo

UM IMPORTANTE movimento de posseiros ocorreu no final da década de 1940 e começo da de 1950 no Paraná. O episódio, no município de Porecatu, ocorreu no contexto de um processo de ocupação territorial iniciado nos anos 1920, quando a frente agrícola do estado de São Paulo avançou para o sudoeste paulista, pelos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, levando a busca pela terra até as margens do rio Paraná.

No começo dos anos 1940, a onda migratória, em avanço constante, já atravessava o rio Paranapanema e adentrava a floresta virgem do norte do Paraná. Na vanguarda pioneira, pequenos agricultores, que atendiam ao chamado do governo do Estado Novo varguista por uma marcha para o oeste e se fiavam na falsa promessa do interventor do Paraná, Manoel Ribas, de que daria aos posseiros títulos de propriedade de todas as terras que fossem desmatadas e postas em produção.

Em 1945, após a queda do regime de Vargas, os compromissos foram esquecidos e a região, de terras muito férteis (“terra roxa”), próprias para o café, tornou-se alvo da cobiça de grandes latifundiários paulistas, de grileiros e de aventureiros, muitos dos quais não hesitaram em simplesmente tomar as terras desbravadas pelos posseiros.

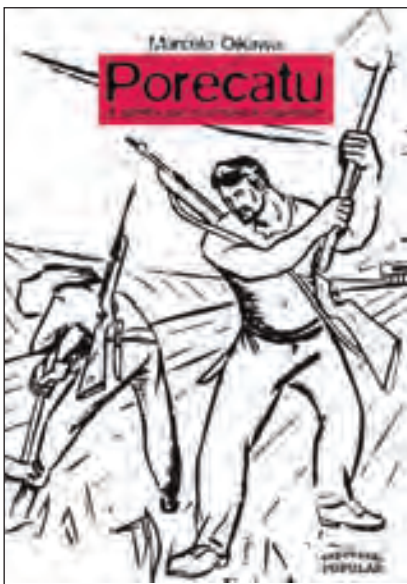
Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram, livro do jornalista paranaense Marcelo Oikawa – respeitável resultado de uma teimosa “escavação” em arquivos policiais e outros, jornais, teses de doutorado, livros e depoimentos feita ao longo de 20 anos –, narra o drama, a revolta e a reação dos posseiros.

Diante da invasão de suas terras e da destruição de lavouras e casas por jagunços a mando dos fazendeiros com apoio do governo estadual de Moisés Lupion, eles se organizaram em associações e ligas camponesas (as primeiras na história do

País, afirma o autor) e passaram a resistir, inclusive pelas armas. Militantes do então Partido Comunista do Brasil (PCB) apoiaram e participaram ativamente do movimento de resistência, que teve seu auge entre 1948 e 1951 (um desses militantes, enviado pelo partido com a missão de politizar a disputa, foi o jornalista João Saldanha, mais tarde técnico da seleção brasileira até pouco antes da Copa do Mundo de 1970).

O movimento se deu numa conjuntura de rápidas transformações sociais e crescentes lutas pela terra, não só no norte do Paraná, mas também na Bahia, em Minas Gerais e, pouco mais tarde, em Trombas e Formoso, norte de Goiás. Em sua origem eram disputas espontâneas, típicas lutas camponesas com o objetivo de garantir a posse da terra, mas às quais o Partido Comunista almejou dar conteúdo revolucionário, de luta por um regime democrático-popular. O PCB, lançado à ilegalidade por força de decreto do reacionário governo do general Dutra, definiu em 1948 uma linha política de aberta contestação ao regime e de estímulo à luta armada revolucionária. O programa, que ficou conhecido como Manifesto de Agosto e foi assinado por Luís Carlos Prestes em nome do Comitê Central do partido, conduziu à radicalização das ações de sua militância, que vinha em grande crescimento no imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

O movimento de Porecatu, mostra o livro, foi beneficiado pela linha do partido sob vários aspectos: ampliou sua área de influência por meio da propaganda (panfletos, jornais, comícios, reuniões públicas etc.), com repercussão nacional; houve uma organização de massas (formação de associações, ligas e sindicatos de trabalhadores); teve ajuda material, pois recebeu auxílio em dinheiro, mercadorias, armas



PORECATU: A GUERRILHA QUE OS COMUNISTAS ESQUECERAM

Autor Marcelo Eiji Oikawa
Editora Expressão Popular
Ano 2011
Páginas 408

e munições; e recebeu orientação política e militar, concretizada pela presença de militantes do PCB junto aos camponeses em armas.

Mas a presença do partido também teria causado prejuízo à luta, conforme depoimentos de camponeses e mesmo do veterano militante do partido Manoel Jacinto, retratado como um revolucionário exemplar, de origem simples, mas dotado de grande senso de solidariedade, de coragem e tino político (passou 15 anos em prisões e dedicou sua vida a organizar dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos no oeste paranaense e paulista).

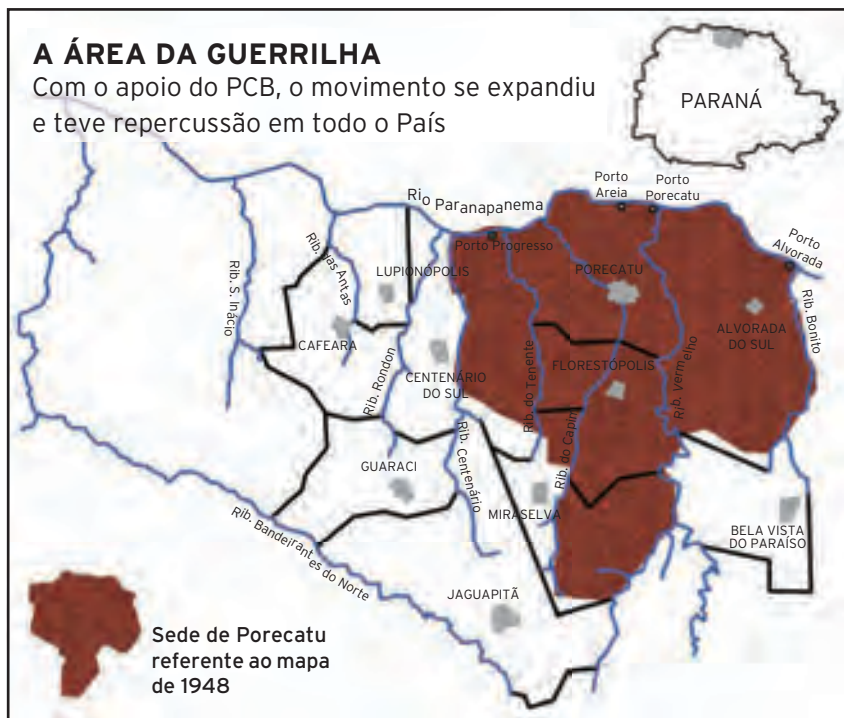
Segundo Jacinto e outros críticos, o PCB, ansiando por uma “faísca que incendiasse toda a campina”, buscou transplantar a experiência da revolução chinesa, então recentemente vitoriosa (1949), e radicalizou a luta além dos objetivos dos camponeses, que não pretendiam a tomada do poder, mas apenas garantir a posse de suas terras.

Teria havido um momento em que os camponeses estiveram em condições vantajosas para negociar a posse das terras ou indenizações razoáveis, mas o dirigente militar do PCB presente no local teria se oposto, levando os trabalhadores a recusar as ofertas do governo estadual. Getúlio Vargas já havia substituído Dutra na presidência da República, em eleição consagradora. Mas para o PCB não havia diferença entre Getúlio e Dutra, equívoco

Manoel Jacinto, vereador e guerrilheiro: toda uma vida dedicada à luta do povo



Divulgação



tático que, por sinal, se manteve até o suicídio de Vargas, em 1954.

A negação em negociar teria várias consequências. Em primeiro lugar, houve o aumento da repressão e a ampliação da mobilização policial-militar, inclusive com reforço de tropas de São Paulo, e o despertar de uma fúria anticomunista na região. Em segundo, a radicalização provocou deserções e abandono da luta por diversos companheiros. Em terceiro, os combatentes ficaram isolados de suas áreas de apoio nas vilas e povoados, por conta da repressão, que começou por prender os dirigentes do partido que apoiavam o movimento a partir de Londrina.

No campo militar propriamente dito, os grupos armados, aplicando táticas de guerrilha, conseguiram em geral atacar o inimigo com sucesso em seus pontos fracos e manterem-se protegidos na floresta, fugindo do combate quando as tropas policiais atacavam. Tanto que, apesar de repetidas expedições policiais pela área conflagrada, nenhum dos combatentes jamais foi preso. Com ajuda do partido, foram todos retirados da área de conflito e enviados a outras partes do país. O incansável Manoel Jacinto (mais tarde vereador em Londrina, entre muitas outras coisas) foi o encarregado da retirada dos combatentes e ainda conseguiu devolver ao almoxarifado do PCB todas as armas enviadas (fuzis e duas metralhadoras), com exceção de umas poucas de uso pessoal.

Ao final, segundo as fontes mais fidedignas, cerca de 380 famílias de posseiros foram indenizadas em dinheiro ou receberam lotes de terra em outros municípios (em geral, terras de pior qualidade). Esse resultado foi considerado uma vitória parcial, mas, quando o conflito começou, as famílias de camponeses presentes na terra eram cerca de 3 mil. Portanto, muitos foram prejudicados.

O livro de Marcelo Oikawa, ao qual estão anexas dezenas de documentos e que conta com uma detalhada bibliografia, além de ser uma fonte preciosa para o estudo da luta de Porecatu e do movimento político e social da época, compõe um retrato emocionante das vidas revolucionárias de ousados homens e mulheres do nosso povo.

Desconhecido mais do que esquecido, o episódio da resistência armada dos posseiros da região de Porecatu, no norte do Paraná, entre 1948 e 1951, só vem a grande público 60 anos depois. Tarde demais para avaliações políticas que pudessem conduzir à correção da tática do Partido Comunista e de outras organizações de esquerda nos anos seguintes e, quem sabe, evitar equívocos, como o de imaginar possível substituir a ação revolucionária de massas pela ação de grupos isolados de combatentes, ainda que intrépidos. Mas sempre a tempo de contribuir para o estudo do movimento socialista no Brasil no século XX. ■

ANJOS E DEMÔNIOS DA CIVILIZAÇÃO

Nunca a humanidade foi tão pacífica quanto no mundo atual, diz o novo e polêmico livro de Steven Pinker

por Flávio de Carvalho Serpa

ilustração Caco Bressane



STEVEN PINKER É o autor de *Tábula rasa - a negação contemporânea da natureza humana*, best-seller no Brasil (em 2004, pela Companhia das Letras) e também mundial. Psicólogo evolucionista em Harvard, entrou nas listas das cem pessoas mais influentes no mundo da revista *Times*, da *World Today* e da tradicional *Foreign Policy*. Também foi finalista duas vezes do prêmio Pulitzer americano. Com tais credenciais, seu novo livro, *The Better Angels of Our Nature - Why violence has declined* (Os anjos bons da nossa natureza - Por que a violência diminuiu), pela editora Viking, ainda sem tradução, promete repetir seu sucesso.

O título pode parecer obra de autoajuda, mas não é nada disso. A começar pelo tamanho: um calhamaço de 802 páginas. O anjos do título se refere ao histórico discurso de posse do presidente americano Abraham Lincoln, há 151 anos, quando as nuvens negras da Guerra da Secessão se amontoavam no horizonte da jovem nação. A mensagem do presidente era de admissão de que a humanidade tinha seu lado sinistro, mas também “anjos bons” internos para confrontar a barbárie. Em resumo, é esse também o primeiro mote do novo livro de Pinker. O segundo, bastante polêmico, é a ideia de que o grosso da civilização contemporânea vive a era mais pacífica da sua existência. “Este é o mais significativo e o menos reconhecido desenvolvimento da história da nossa espécie”, escreve ele.

As pessoas ainda imaginam um passado bucólico e pacífico, ao qual sonham voltar para ter uma vida mais simples, natural e sem estresse. Isso nunca existiu. Em vez dos recitais preguiçosos de alaúdes e flautas, as pessoas da Idade Média eram mais dadas à brutalidade: a criminalidade era até 50 vezes maior que a contemporânea. Na Idade da Pedra, a chance de morrer violentamente antes dos 30 anos chegava a ser de até 60%. Hoje, que a população mundial ultrapassou os 6,8 bilhões, essa probabilidade não chegaria nem sequer a 0,000002%, incluindo-se entre as mortes violentas os suicídios (a grande maioria), os homicídios e as ocorridas nas guerras.

É certo que convivemos com um cérebro predador e violento nas profundezas da nossa linhagem animal. Mas a plasticidade da nossa mente, que nos diferencia dos animais, também nos brindou com adaptações evolucionárias para estratégias colaborativas, de empatia e solidariedade

de grupo. Ao longo dos milênios essa nova função cerebral foi freando e reprimindo os instintos sanguinários da espécie — coisa que nossos parentes primatas nunca conseguiram fazer. Se a violência está nos nossos genes, a capacidade de adaptação a comportamentos colaborativos também está.

Pinker, nesse volumoso trabalho, acompanhou ao longo da história o dramático cabo de guerra entre o bem e o mal, com números e estatísticas, sem se preocupar muito com a narrativa histórica, que pode ser enganosa ou sujeita a dar mais peso aos eventos mais recentes.

O que não falta nas bibliotecas são livros sobre a violência da pré-história aos dias atuais. O que distingue o trabalho de Pinker é o mosaico de ramificações dos comportamentos violentos e antissociais, que contabiliza desde as guerras e os registros arqueológicos de fósseis humanos com sinais de violência até o processo civilizatório que adicionou à cultura uma infinidade de comportamentos sociais mais vantajosos que a pura violência.

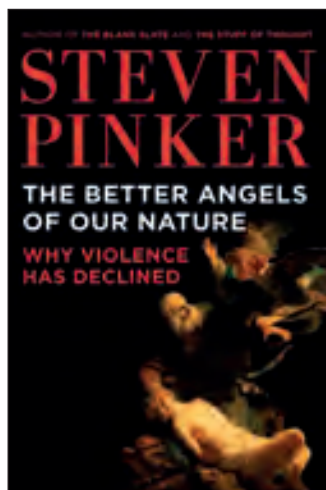
Enquanto as obras mais tradicionais focam na evolução de séries históricas estanques da violência, como mortes em guerras e genocídios, confrontos religiosos ou a criminalidade individual, Pinker abre um amplo leque de comportamentos correlacionados e conclui que todos eles acabam convergindo para um resultado de queda média da violência ao longo da história. Enfoque que faz sentido, pois a cultura, no sentido antropológico, é a soma do vasto leque de eventos da vida dos povos, dos rituais, culinária, hábitos fune-

rários, economia e o processo produtivo característico de cada local. É algo como seguir a direção dos rios e riachos de uma região. Embora muitos apresentem voltes caprichosas, às vezes voltando contra a direção geral, todos acabam no mar.

O próprio Pinker descreve esses processos díspares que começou a elaborar aos 15 anos, quando já exibia os sinais de que seria selecionado em Harvard. O primeiro desses incidentes é aparentemente bizarro e talvez sem nenhum interesse acadêmico. Ele tem a lembrança vívida de sua mãe repreendendo-lhe o costume de empurrar com a faca as ervilhas para o garfo - grave violação de etiqueta, segundo sua zelosa mãe. Como se verá, isso acabou tendo conseqüências intelectuais.

O segundo incidente juvenil é mais impactante. Aos 15 anos, aderindo ao anarquismo, na pacata cidade de Montréal, no Canadá, ele argumentava com seu pai, como todo jovem rebelde faz, sobre a inutilidade da polícia, que, segundo ele, mais criava problemas do que os resolvia.

Seu credo anarquista desmoronou num piscar de olhos em 1969, quando a polícia e os bombeiros entraram em greve. Era sua chance de testar sua hipótese. Mas o resultado foi o contrário do que ele imaginava. “Em poucas horas começaram centenas de saques, seis assaltos a bancos, uma dúzia de incêndios de prédios e lojas e duas pessoas foram mortas.” Como um raio no céu azul, os pacatos e ordeiros cidadãos de Montréal voltaram ao tempo das hordas ensandecidas. Sem a presença do Estado regulando comportamentos coletivos, admitiu o recém-desiludido anarquista, as coisas vão para o brejo. ▶



THE BETTER ANGELS OF OUR NATURE - WHY VIOLENCE HAS DECLINED

(OS ANJOS BONS DA NOSSA NATUREZA - POR QUE A VIOLÊNCIA DIMINUIU)

Autor Steven Pinker
Editora Viking
Ano 2011
Páginas 802

Os anjos bons da nossa natureza não existiam na Antiguidade. Eles emergiram no processo civilizatório, graças à plasticidade do nosso cérebro

É por isso que o ponto de partida do raciocínio de Pinker ficou sendo o clássico *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, ou abreviadamente *Leviatã*, escrito em 1651 pelo inglês Thomas Hobbes. É a obra mais antiga e influente sobre o contrato social político defendendo um poder de governo absolutista como forma eficaz de evitar a guerra de interesses e cobiças dos setores da sociedade, cidades, tribos e países. Algo que Mao Tsé-Tung endossaria simplifadamente no seu texto “As contradições no seio do povo”. Sem um Estado que zele pela coletividade, como se fosse uma terceira parte isenta, instala-se a “guerra de todos contra todos”.

Em *Tábula rasa*, Pinker já tinha bombardeado a ideia do “nobre selvagem” de Jean-Jacques Rousseau, segundo a qual a civilização é que corrompeu a natureza humana, que seria originalmente pacífica e solidária. Todas as evidências arqueológicas e antropológicas arroladas por Pinker apontam justamente para o contrário. Selvagens sempre foram e são violentos. Entre os caçadores coletores a chance estimada de morrer violentamente antes dos 30 anos era de 60%.

O estudo científico da violência e da criminalidade, curiosamente, envolve as mesmas cadeias de mistérios e enredos insuspeitos da literatura policial clássica. Quem está matando? Quem está morrendo? Quem sai beneficiado com a violência? São perguntas típicas a que o historiador e o psicólogo tentam responder com séries históricas e registros de narrações de épocas e circunstâncias. Muitas vezes, por causa de um olhar enviesado sobre as séries históricas, os culpados não são os mais suspeitos à primeira vista (como no caso dos mordomos dos romances policiais).

Mas, principalmente, não existe só uma série histórica coerente de dados que abranja todos os países e culturas. Afinal existem, contemporaneamente, tribos vivendo na Pedra Lascada, estados religiosos sectários que regrediram muitos

séculos no processo civilizatório e periferias de grandes cidades assoladas pela lei dos mais fortes, onde o Estado moderno não dá as caras.

Como o objetivo de Pinker é demonstrar que a humanidade como um todo se tornou menos violenta que no passado, vários capítulos amontoam registros de atrocidades de revirar o estômago do mais corajoso leitor. Só esse capítulo convence o mais cético da benevolência da humanidade contemporânea. Quem acha as cidades modernas antros de violência vai se horrorizar com a violência institucionalizada da Igreja, com suas torturas e outras crueldades abençoadas por Deus, dos senhores feudais que tratavam os camponeses como gado até o banditismo sanguinário na supostamente bucólica Idade Média.

Para Pinker, os anjos bons da nossa natureza simplesmente não existiam na Antiguidade. Eles emergiram no processo civilizatório, graças à plasticidade do cérebro humano, que permite fazer uma contabilidade estratégica do custo-benefício de novos comportamentos na coletividade. Alguns tópicos são evidentes: mesmo no mais rudimentar comércio de trocas, por exemplo, tanto o cliente quanto o vendedor só têm valor vivos. Mortos, não valem nada. No jargão de Pinker, matar um parceiro comercial é o que a psicologia evolucionista chama de jogo estratégico de soma não positiva: ambos os lados perdem. Mas, se o comerciante respeita e honra o parceiro, trata-se de uma soma não nula e ambos ganham. Isso vale, evidentemente, também para a economia. Pode parecer simplório, mas os primitivos não foram capazes de assimilar essa estratégia a não ser depois de várias gerações de acumulação de costumes positivos.

Ele argumenta que o processo de tomada de decisões e a capacidade de avaliar resultados de diferentes estratégias foram forjados, em nossa cultura, pela seleção natural darwiniana e que, nos animais, só de forma muito rudimentar e ineficiente esses traços estão presentes. Culturas mais solidárias e menos violentas carregam as

vantagens evolutivas darwinianas, com formas mais eficazes de competição na luta pela vida.

O incidente da faca, ervilhas e garfo inspirou Pinker a um enfoque multidimensional da cultura. Ao longo das oito centenas de páginas, Pinker desce a detalhes saborosos, como a importância das boas maneiras à mesa de refeição. Não são apenas fatos anedóticos. Formam uma série histórica independente, que converge paralelamente a outras bases de dados, como, por exemplo, a redução da quantidade de penas de morte aplicadas. No caso específico das boas maneiras à mesa, Pinker destaca o papel histórico de coisas aparentemente triviais na evolução da colcha de retalhos que é a cultura humana.

O resultado líquido desses novos costumes leva à valorização da empatia e do respeito aos parceiros de mesa e desmonta a violência impulsiva. Muitos livros e pensadores tiveram influência decisiva na evolução da civilidade e dos direitos humanos e políticos. Pinker aponta um que os historiadores não costumam levar em conta e que é um exemplo da preocupação do autor em montar um painel ou mosaico de muitos fatores agindo no sentido do processo civilizatório. Em 1530, por exemplo, Desiderius Erasmus escreveu um manual de etiquetas, sobre a civilidade para rapazes, que foi best-seller na Europa durante dois séculos e incluía centenas de conselhos que iam desde não urinar na presença de outras pessoas até não tirar melecões do nariz na mesa de refeição. São duas páginas de transcrição de modos desagradáveis para as outras pessoas – um sinal das grosserias que eram consideradas naturais e que só foram abolidas pela educação, o que fortaleceu o respeito e a empatia com as outras pessoas.

Ou seja, foi a primeira vez na história que o comportamento de uma pessoa só poderia ir até onde começasse a ofender o semelhante. Esse aprendizado abriu caminho para o respeito a outros direitos, como o direito à vida e à igualdade,

numa trilha evolutiva que ao final leva ao reconhecimento da escravidão como uma iniquidade.

Evidentemente, não se pode dizer que os bons modos à mesa causaram o reconhecimento dos direitos humanos ou da abolição da escravidão, mas foram uma entre os milhares de pequenas mudanças que, acumuladas, privilegiaram aspectos de empatia na cultura, em vez da exacerbação dos interesses individualistas.

Mas outras mudanças no tecido social da cultura humana marcam avanços irreversíveis. Uma delas é o fim da herança quase divina dos direitos ilimitados dos imperadores e ditadores ao longo da história. Julio Cesar, por exemplo, simplesmente dizia “vim, vi e venci”. Era o que os poderosos faziam e era perfeitamente natural. Ao longo dos séculos, esse direito foi erodindo aos olhos das populações, e tipos como Julio Cesar passaram, gradativamente, de heróis a vilões. Pinker observa que, se Adolf Hitler tivesse vindo ao mundo alguns séculos antes, “seria conhecido historicamente hoje como Adolfo, o Grande”.

O livro de Pinker é exaustivo na quantidade de tabelas e planilhas da evolução da violência na civilização, pois a situação depende dramaticamente de fatores locais. Em alguns lugares aparecem retrocessos, mas o vetor geral da civilização aponta e converge para a diminuição da violência.

Assim, podemos ter hoje grotões muito violentos, comparáveis à Idade da Pedra, e cidades com bairros mais perigosos do que uma guerra, mas, ao longo do tempo, a tendência é que o Estado, o Leviatã, cerque e conquiste esses enclaves, homogeneizando o processo civilizatório. São cada vez mais raros os eventos em que atritos localizados se agravam e se espalham, como infecções, por grandes regiões.

Mas, como dizia Lenin, são sempre dois passos à frente e um atrás. As sucessivas versões do Leviatã, ao longo da história, acabam inexoravelmente corrompidas e o Estado, transmutado numa entidade opressora, a serviço de dinastias, déspotas e ditadores perversos. Estes são depois derrubados, por versões aperfeiçoadas de Leviatãs, numa espécie de eterno retorno. Depois da cruel bagunça dos senhores feudais, o fortalecimento da monarquia absolutista melhorou as coisas. Luís XIV, o Rei Sol, achava que tinha chegado ao ápice da perfeição, com sua famosa frase: “L’État c’est moi” (“O Estado sou eu”).

A Revolução Francesa guilhotinou os privilégios da monarquia, mas também gerou um desgovernado Leviatã do Terror.

Essas idas e vindas podem parecer óbvias agora, porque somos filhos diretos do processo civilizatório e do Iluminismo. Isso permeia tão forte e inconscientemente a cultura que damos de barato que as coisas sempre pioram antes de melhorar. Mas não era assim nos seus primeiros tempos.

A singularidade do trabalho de Pinker é correlacionar minuciosamente todas as

séries estanques de fatores, mostrando que elas convergem. Um trabalho estatístico delicado, pois nem sempre correlação significa causação, como todo cientista sabe. Didaticamente, Pinker esclarece as diferenças entre estatísticas normais ou gaussianas, para mostrar que a violência na civilização segue a distribuição de Poisson – que expressa a probabilidade de uma série de eventos ocorrer num certo período de tempo e parte do princípio de que a informação sobre o número de

Capa do *Leviatã*, de Thomas Hobbes, em 1651: o Estado utópico perfeito que inspirou Pinker



Reprodução

As mortes criminosas (em roubos, brigas ou conflitos de pequenas gangues) produzem um número de mortes muito maior que as guerras

ocorrências em um período nada revela sobre o número de ocorrências em outro período. Ou seja, uma probabilidade é independente da outra.

Ainda nas teorias estatísticas e das probabilidades, Pinker destaca as distribuições que seguem as chamadas leis de potência. Leitores mais avessos à matemática podem saltar esses capítulos, sem prejuízo das conclusões. Mas, para quem está na universidade estudando o assunto, a obra de Pinker deve consumir, pacientemente, mais de um semestre.

É importante notar a diferença de abordagem de Pinker e da psicologia evolutiva com relação à história tradicional. Nesta última, os eventos são interpretados de forma encadeada no tempo, com uma causa antecedendo uma consequência. Trata-se de uma técnica essencialmente narrativa, nem sempre muito científica.

Raramente Pinker se arrisca fora da sua área de psicologia evolutiva. Só o faz em passagens isoladas, o que algumas vezes tira a força de suas análises. Não é muito convincente, por exemplo, sua afirmação de que atualmente não fazem mais sentido as invasões e ocupações de território alheio para amealhar recursos naturais.

“Num mundo em que a riqueza cresce pelo comércio, crédito, divisão do trabalho, conquistar uma região não enriquece o agressor”, argumenta Pinker. “Minerais não pulam do chão, nem as plantações se colhem por si. Assim o conquistador, além de perder vidas na guerra, vai ter de pagar mineiros e fazendeiros nativos para fazer o trabalho.”

Mas, na abordagem estatística e probabilística, muitos eventos que parecem constelações de causas na verdade são causados por um defeito ou ilusão cognitiva do cérebro humano. O órgão tende a extrair padrões onde eles não existem completamente.

Na abordagem da psicologia evolutiva de Pinker, esses aglomerados de eventos devem ser testados estatisticamente,

para verificar se existem correlações ou se estão acima do limiar, ou seja, se podem ser apenas eventos aleatórios e independentes.

Pinker diseca o longo processo civilizatório, que começa nos primórdios da agricultura, e o seu auge relativamente recente, o Iluminismo, mostrando que se trata de uma cadeia de eventos “top down” (de cima para baixo). A cadeia começa em agentes pensantes como Hobbes, Spinoza, Descartes, Locke, David Hume, Kant, Beccaria, Smith e outros. O surgimento da imprensa de Gutenberg disseminou para baixo – e para acadêmicos, humanistas e populares – as críticas aos costumes ultrapassados e impopulares.

O processo civilizatório começa com o aparecimento de formas primitivas de liderança e rudimentos de governo ou Estado – um proto-Leviatã. Embora isso, num segundo momento, leve à guerra e a hostilidades entre grupos, nos momentos posteriores a violência começa a declinar.

Nem mesmo as duas grandes guerras mundiais do século passado, segundo Pinker, reverterem a tendência geral de queda da violência. Vistas ao longo de séries históricas mais demoradas, e levando-se em conta a ocorrência de acasos aleatórios, a Segunda Grande Guerra foi apenas a 7ª maior da história, considerada a quantidade de mortos em relação à população envolvida.

Mesmo com várias dezenas de tabelas de séries históricas de todos os tipos de violência mostrando uma convergência para uma espécie humana mais pacífica, Pinker admite que ela possa voltar a infernizar a civilização.

Mas entender as causas da violência e as circunstâncias que levaram ao seu declínio pode ser a chave para prolongar a paz.

Como não poderia deixar de ser, para um psicólogo de Harvard, Pinker dedica todo um capítulo aos demônios internos do cérebro humano, com seus centros fisiológicos de agressão inatos e, no caso do presente momento da história, adormecidos e reprimidos pelos

“anjos bons”, que também materializam redes neuronais físicas. Especialmente no córtex, que é a parte do cérebro que não nasce completamente pronta. O córtex frontal, que é espetacularmente maior em comparação com todos os outros animais, é uma região forjada pela experiência. Ela é moldada, em suas conexões e comportamentos, pelas experiências sociais. Nossos anjos são introjetados pela convivência pacífica mais vantajosa. Não nascem prontos e imutáveis como as estruturas fisiológicas herdadas dos animais.

Os dados estatísticos mostram claramente que as taxas de homicídio na Inglaterra começaram a declinar metodicamente depois do ano 1300, época de grande avanço do processo civilizatório, e em seguida com a disseminação das ideias do Iluminismo.

O efeito mais persistente, na média estatística, foi o esvaziamento progressivo da violência e da duração das guerras entre nações e conflitos civis internos, genocídios, escravidão. Se tomarmos cada

Pinker: entender o declínio da violência pode ser o caminho para prolongar a paz



guerra isoladamente, é claro que é um tipo de conflito que resulta em mais baixas de vidas humanas.

Já as mortes e a violência causadas pelo crime no varejo, nas ruas das cidades, ao longo da história, sendo frequentes e mais próximas, no cotidiano dessas cidades, repercutem mais profundamente. E mais: apesar de menos agentes envolvidos em cada caso isolado (vítimas e perpetradores), as mortes criminosas (roubos, alterações pessoais ou de pequenas gangues) produzem um enorme volume de mortes, muito maior que o das guerras. Exemplo claro são os Estados Unidos: nos 16 anos da guerra do Vietnã (de 1959 a 1975), morreram 58 mil americanos (o mesmo número dos que haviam morrido na guerra da Coreia, que durou três anos, de 1951 a 1953), mas a criminalidade no país produz a média de 17 mil mortes por ano. Ou seja, morreram nas ruas do país quase 1 milhão de americanos desde 1950.

Em termos globais, no ano passado, segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz, de Estocolmo, 25 mil combatentes e civis morreram em decorrência de guerras, principalmente no Sri Lanka, Afeganistão e Iraque. Por outro lado, quase meio milhão de pessoas são vítimas de crimes urbanos violentos e mais de 1 milhão em acidentes automobilísticos.

No Brasil, o estado de São Paulo registra a taxa de 9,89 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. É uma taxa muito alta, mas abaixo da zona considerada epidêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS). É ligeiramente mais baixa que a taxa dos EUA na década de 1970. Mas é vergonhosa em comparação com a do Canadá atual, de menos de dois homicídios por 100 mil habitantes, ou de apenas uma morte por 100 mil na Inglaterra ou na Suécia.

Além da prosa elegante de Pinker, o livro vale também pelas centenas de tabelas e séries históricas de quase tudo que se possa imaginar relacionado à violência. São séries que retratam a queda na quantidade de países que aboliram o serviço militar obrigatório, a evolução dos direitos de mulheres, crianças, negros, minorias, homossexuais, até a mais recente, dos direitos dos animais. Só essa numeralha de referência cuidadosa já vale o livro. Para os interessados no rigor da obra, ela tem nada menos do que 74 páginas em



Janeiro de 1962, homenagem a soldados americanos mortos no Vietnã: em 16 anos de guerra, 58 mil mortes. Nas ruas americanas, o crime mata 17 mil pessoas por ano

letras miúdas justificando cada dado ou afirmação. Um mapa da mina detalhado para os estudiosos e interessados no tema.

O único problema com esse catau de dados é que são raras as conexões com as causas históricas e políticas das mudanças. Mas essa, reconheça-se, não foi a pretensão de Pinker. É tarefa para outros especialistas.

Finalmente, o mais desconcertante. Quando se trata da criminalidade urbana, a ignorância de todos os especialistas é total. Mesmo com as mais detalhadas séries históricas de toda a história, o índice de acertos dos teóricos e das políticas públicas é desastroso. Talvez pelo fato de o ambiente urbano ser mais denso, com mais interações entre os indivíduos e coletividades, todas as previsões falhem. Pior: além de falharem nas previsões, fracassam nas explicações do passado.

Entre 1991 e 2010, a taxa de homicídios nos EUA caiu 51%, de 9,8 por 100 mil para os atuais 4,8 por 100 mil. A tendência persistiu em 2011, com perspectiva de a criminalidade voltar ao mais baixo ponto da história, o ano de 1957 (4 por 100 mil). Especialistas de direita e de esquerda erraram feio nas previsões. A criminalidade caiu, mesmo com a crise econômica aguda a partir de 2008.

Ninguém sabe a razão da queda. A mais provável, ironicamente, é que o Leviatã tenha se aprimorado, com polícia e Estado mais presentes e eficientes – a proposta de 1651, de Thomas Hobbes. O que pode levar à ideia de que, se as políticas de pacificação das favelas cariocas derem certo, com a presença do Estado e dos serviços públicos no antes território sem lei, mais uma vez o mérito irá para Thomas Hobbes. ■



ALGO NOVO NO CAMPO DA CULTURA

O circuito Fora do Eixo organiza redes alternativas, cresce em todo o País, incomoda corporações, causa discussões e quer abalar as estruturas da produção cultural

por Felipe Crocco, com a colaboração de Leandro Saraiva

DE 12 A 17 de dezembro passado, o enorme vão livre abaixo do Paço das Artes, na Cidade Universitária, em São Paulo, transformou-se num fervilhante misto de festa, *happening* e assembleia política. O IV Congresso Fora do Eixo não parecia muito um “congresso”, de

qualquer tipo. Quase ininterruptamente, formavam-se e desmanchavam-se rodinhas e “rodonas” de conversa, desde quatro ou cinco pessoas até aglomerados de 50, 70 ou mais pessoas. Esse pessoal, credenciado ou não, ia chegando e flutuando de roda em roda. Nem mesmo avi-

osos com temas identificavam os instáveis conglomerados ou os vários convidados (Vincent Carelli, Emicida, Cláudio Prado, Pedro Alexandre Sanches – para citar apenas algumas das quase 200 personalidades de várias áreas culturais): nuvens de palavras-chave, rodando num telão

Encerramento do IV Congresso Fora do Eixo, em dezembro, no Paço das Artes, na USP: mais de 2 mil participantes



único, mais inspirador que informativo, eram o que havia de mais próximo a uma “programação”.

Esse método do Fora do Eixo – rede de trabalhos cooperativos de agentes culturais independentes, criada no final de 2005 –, que lembra a dinâmica de um churrasco com muitos convidados, foi chamado de “não grade”. No fundo do espaço, oficinas – de dança, de videopoesias e de outras produções culturais. Do outro lado da rua, no auditório da Faculdade de Educação, aconteciam, nos fins de tarde, as sessões do concorridíssimo Seminário de Música – este mais formal, reunindo um respeitável elenco da música independente nacional (ou seja, a música de parques recursos e pouco acesso à mídia tradicional), empenhado em fazer um balanço de sua situação pós-digitalização e traçar estratégias de base cooperativada, capazes de fazer frente ao cenário atual.

Como os “fora do exististas” sempre repetem: “Tudo ao mesmo tempo ago-

ra”. A “não grade” do Congresso, que reuniu mais de 2 mil pessoas de todo o Brasil e de países latino-americanos, espelha algo da intensa e permanentemente cambiante mobilização dessa original e surpreendente rede cultural.

O Fora do Eixo, que começou há apenas seis anos, como uma colaboração entre os pioneiros de Cuiabá, Uberlândia, Rio Branco e Londrina, hoje conta, além de uma vasta rede de grupos parceiros, com 112 coletivos de produção cultural (pontos Fora do Eixo) associados e 7 Casas (sedes fixas, e também residências coletivas de lideranças do circuito), uma em cada região do País, sendo três delas na região Sudeste, mais especificamente em São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES).

Vitor Guerra, que durante o Congresso atuou na coordenação dos registros e no debate sobre audiovisual na rede FdE, mora na Casa Fora do Eixo SP (<http://casa.foradoeixo.org.br/>) desde sua criação, em fevereiro de 2011. Com sua “garagem-estúdio multimídia faça você mesmo” (palco, pista de dança e espaço para transmissões ao vivo pela internet), suas paredes e muro com grafites permanentemente refeitos pelos amigos artistas, e um pátio com uma tabela de basquete sempre em uso, o sobrado, numa travessa residencial do bairro do Cambuci, rapidamente se tornou um ponto de encontro da cena musical independente, não só da capital paulista, mas de bandas de todo o País que estejam em trânsito.

Todo domingo misturam-se cerveja, pão com salsicha servida num panelão, shows musicais e muitos papos sobre ações culturais de todo tipo. Vitor explica que a criação da casa, bem no meio do “eixo” nacional, marcou um salto de organização da rede, que culminou no IV Congresso. Reuniram-se na Casa, dividindo moradia e trabalho, que não para nem nas madrugadas – a qualquer hora há alguém com seu laptop ligado na rede –, 16 lideranças do FdE, vindas de todas as regiões do País, e uma população flutuante de membros em trânsito, chegando a juntar 40 pessoas ou mais.

Vitor estudou cinema e vídeo na Universidade de São Carlos (UFSCar), e foi colega de uma turma que transformou uma república estudantil no Massa Coletiva, um grupo que, a partir da ação de produção de um festival multimídia na cidade (o Contato) e do trabalho de coordenação da Rádio UFSCar, filiou-

se ao Fora do Eixo e foi um dos pilares da fundação da Casa em São Paulo. Atualmente, Vitor, que tem 25 anos, é membro da articulação nacional e do grupo de gestão regional do Clube de Cinema – à frente do audiovisual do FdE. Trabalha na PósTV, o projeto de webTV do circuito, e em tudo mais que a mobilização permanente demandar. Diz que não troca sua vida, de jeito nenhum, pela de quem apostou no caminho regular de trabalho em sua área, que é tentar emplacar projetos individuais de filmes e conseguir lugar de assistente em equipes e produtoras de cinema e TV.

Cada um dos 112 coletivos da rede produz eventos (fundamentalmente shows musicais, mas cada vez mais outras atividades – educativas, audiovisuais, teatrais, literárias etc.) em sua cidade, negociando com casas de shows e parceiros locais e articulando-se com a rede FdE para receber bandas de todo o País. Boa parte desses coletivos é também composta de moradias coletivas, mas que funcionam como uma pequena empresa cooperativada, na qual todos trabalham, moram e consomem coletivamente, com uma única conta bancária, um fundo comum consensualmente administrado.

Nacionalmente, o FdE organiza-se em sete regionais, todas elas com representantes que integram um colegiado nacional de 70 membros. Esse conselho, permanentemente conectado pelas ferramentas contemporâneas de comunicação on-line, mantém um constante debate sobre as decisões estratégicas, inclusive as financeiras, que direcionam os recursos dentro das várias frentes e ações simultâneas do FdE.

No ano passado, a rede FdE realizou 170 festivais de música independente, 5.152 shows (nos quais circularam 13,5 mil artistas), distribuiu mais de 8 mil títulos, principalmente CDs de bandas independentes, realizou 750 projeções de filmes, a maioria com entrada franca, além de ter sido responsável por inúmeras atividades de formação, algumas delas resultando na criação e entrada de novos coletivos na rede, vindos dos lugares mais remotos do Brasil.

Para a realização do seu IV Congresso, houve um aporte financeiro de aproximadamente 300 mil reais da mineradora Vale, utilizados pela organização do FdE no transporte, alimentação e ►

A produção musical pós-digitalização abalou os alicerces do império das gravadoras. É sobre ela que a parceria entre músicos e o FdE pretende avançar

hospedagem de aproximadamente 1,5 mil inscritos e convidados. Os organizadores do Congresso estimam o custo efetivo do evento em pouco mais de 1 milhão de reais e dizem que só foi possível realizá-lo com muito menos devido às hospedagens solidárias, transporte público ou carona e apoio dos convidados especiais, que aceitaram participar dos seminários sem cobrar nada.

A principal atividade do FdE ainda é o circuito musical, baseado em turnês nas quais as bandas circulam entre os coletivos, em rotas regionais preestabelecidas. É também em relação a esse circuito, que cresce e começa a ter um peso importante no agendamento de shows e no calendário de festivais

pelo País, que são feitas as principais críticas à rede FdE. China, músico e VJ da MTV, causou polêmica ao bater forte no FdE com o texto “Fora do Eixo e longe de mim”, em que escreve sobre a não remuneração dos músicos nas turnês, o que, segundo ele, valorizaria o FdE e seus gestores, a custo do trabalho gratuito dos artistas. É fato que grande parte dos shows do circuito é realizada a troco de palco e custos operacionais – entendidos aqui como alimentação e hospedagem (o que muitas vezes significa dormir na biblioteca da escola parceira e fazer refeições numa república). Entretanto, as condições técnicas são, em geral, bastante boas, e o público reunido nesses shows e festivais é relativamente grande e receptivo a bandas novas, disposto a

consumir seus CDs, camisetas e outros itens de *merchandising*.

A multiplicação do número de festivais de música independente e autoral por todos os cantos do País e a sua crescente melhoria nos aspectos técnico, organizacional e econômico levam a crer que as chamadas “roubadas pela causa” aceitas por muitos dos artistas que acreditaram na ideia fizeram a diferença. Os impressionantes números do FdE (170 festivais e mais de 5 mil shows em apenas um ano) expressam uma inédita capilarização da música independente e autoral num país continental. Além disso, festivais que em suas primeiras edições cometeram seus escorregões hoje são referência nacional, pagam cachês e são sucesso de público em suas cidades.

Macaco Bong no Festival Fora do Eixo 2011: nunca a música independente e autoral cresceu tanto no País, em tão pouco tempo



OS CARDS E A ECONOMIA FdE

Para driblar a falta de dinheiro, os festivais e as bandas utilizam moedas alternativas

Imagine os organizadores de um festival tendo de, com pouco dinheiro, alimentar um dado número de pessoas entre músicos, equipe técnica, jornalistas e demais convidados.

Agora imagine que um desses organizadores lance a seguinte ideia: vamos oferecer para o dono do restaurante X tal e tal serviços e, em vez de ele nos pagar em dinheiro, ele paga em refeições. Para organizar a coisa, emitem-se moedas que irão valer apenas nos lugares onde esse tipo de negociação foi feita (por exemplo, o restaurante X).

Os músicos, a equipe técnica e os jornalistas que participam do festival recebem cédulas - como se fosse o dinheirinho daqueles jogos do tipo Banco Imobiliário - que podem ser usadas no restaurante X.

Assim, a produção do festival não gasta dinheiro diretamente com a alimentação dos participantes do festival, mas troca essas refeições por serviços como *design* de pôsteres, cardápios ou cartazes; mídia, como, por exemplo, colocar o logotipo do restaurante em *banners* espalhados pelas dependências do festival; ou quaisquer outros serviços que os organizadores possam oferecer em troca dessas refeições.

No caso da Feira da Música Brasil - um grande evento que acontece anualmente em Fortaleza e que inclui festival, feira e rodada de negócios da música - é exatamente isso que acontece. Ao chegar ao hotel os músicos recebem suas diárias de alimentação em Patativas, a moeda (card) local do FdE. Esse valor pode ser gasto apenas nos cinco restaurantes parceiros, da maneira que o portador quiser. Entre os cinco encontram-se desde lanchonetes até requintados restaurantes à la carte. Segundo Lenissa Lenza, oriunda do recente Espaço Cubo, o coletivo criado por Pablo Capilé em Cuiabá, hoje moradora da Casa Fora do Eixo SP e responsável pelo Banco da Cultura, o circuito FdE e suas moedas acabam sendo o motor de um movimento bem mais amplo, para além da música. Pode não ser um golpe na jugular do sistema, mas garante a viabilidade de grandes eventos, como a Feira da Música, com qualidade

no atendimento aos convidados e estímulo à economia local. Questionada sobre um possível risco de autodesvalorização do trabalho dos membros da rede, Lenissa diz que não há um parâmetro em relação ao qual esse trabalho se desvalorize, já que as empresas não veem vantagem em patrocinar eventos culturais independentes, concentrando seus investimentos em eventos já consagrados.

Ou seja, a produção de eventos FdE cria seu próprio meio, cultural e econômico. Um nicho alternativo, portanto, mas que não recusa o investimento empresarial. Bem ao contrário, Lenissa vê o momento atual, de crescimento do FdE, como uma possibilidade de atração de investimentos por meio dos mecanismos de fomento por isenção fiscal, como ocorre com a produção cultural hegemônica.

Não é difícil prever, reconheça-se, que, se essa capitalização da rede FdE de fato ocorrer, acarretará uma nova fase de crescimento e o surgimento de contradições, evidenciando possíveis ambiguidades do FdE como empreendimento e como movimento cultural, a exemplo do que já ocorreu com outras iniciativas alternativas.



Divulgação

Segundo o balanço 2011 do Circuito FdE, no ano passado foram pagos em torno de 2,5 milhões de reais em cachês.

Pablo Capilé, um dos fundadores do Circuito FdE, responde às críticas distinguindo dois tipos de músico: aqueles que veem a rede como uma empresa e a si mesmos como clientes e aqueles que se veem como parceiros do FdE num grande empreendimento. Esse grande empreendimento é a construção de um mercado médio de música no Brasil - uma proposta que avança sobre o enevoado campo de batalha da produção musical pós-digitalização, que abalou os alicerces do antigo império das gravadoras.

Outro aspecto frequentemente criticado por músicos não alinhados ao FdE são os supostos favorecimentos. A

estrutura nacional criada pelo circuito não estaria igualmente disponível para todos, privilegiando artistas organicamente ligados à rede.

Entendamos um pouco melhor como funciona a operação. Para um coletivo associado se tornar um “ponto FdE”, entrando nas rotas agendadas de shows, precisa cumprir certas obrigações. Uma delas é trazer periodicamente bandas de fora do estado para participar de suas produções - o que evita a formação de “panelinhas” regionais. Ou seja, se é fato que as bandas que se empenham na realização pioneira de um festival garantem vaga em suas edições iniciais, há também a regra da circulação, assim como existe a necessidade e a pressão dos públicos locais por novidades para que o festival se legitime, se firme e cresça.

Tudo considerado, trata-se, enfim, de apostas: militar na organização do circuito é investir na criação de uma cena cultural na qual não há garantias de sucesso, mas que se solidifica e expande com o empenho de seus parceiros, em busca de um lugar ao sol.

Por fim, há ainda a quase onipresente - e quase sempre mal compreendida - polêmica da verba pública. Muitos criticam o FdE por captar recursos das diversas fontes de fomento, direta ou indiretamente estatais, sem repassá-los diretamente aos artistas. Esse tipo de crítica é tão comum quanto mal calibrada.

A verdade é que não é nada fácil produzir um festival de música independente, e quem o faz raramente consegue captar - tanto na esfera pública quanto na privada - dinheiro suficiente para ▶

O movimento propõe a valorização da educação não formal e já atrai muitos professores universitários descontentes com os atuais rumos do ensino

arcar sequer com os custos de produção. Coloquem-se numa planilha os custos de aluguel de palco, som e luz, passagens aéreas e terrestres, deslocamentos locais, alimentação, divulgação e equipe técnica. A conta evidencia que centenas de milhares de reais não cobrem os custos de um festival com 30 ou 40 bandas. Se não fossem as parcerias (a “brodagem”) e sua sistematização na figura das moedas paralelas (os chamados cards – veja o quadro sobre Banco da Cultura), pouquíssimos desses festivais seriam possíveis.

A crítica ao uso dos recursos públicos por um circuito de articulação e produção, como o FdE, em nome de um repasse direto de recursos aos artistas ou ignora como se produzem atividades culturais em larga escala ou faz o jogo da indústria cultural, que praticamente monopoliza os canais de produção e distribuição de bens culturais. Criticar o fomento a esse tipo de “intermediação” é o mesmo que classificar como desvio de verba um eventual apoio público à distribuição de produtos agrícolas de pequenos produtores, alegando-se que qualquer recurso deve destinar-se diretamente à terra.

O FdE está crescendo, multiplicando-se e diferenciando-se. Segundo a metáfora digital de Felipe Althenfelder, da gestão nacional da rede, o FdE começa a testar se seus “aplicativos” rodam em outras “plataformas” culturais – audiovisual, teatro, letras – e se o “software” é aberto ou proprietário. Ou seja, se a tecnologia organizativa desenvolvida só funciona para música, e dentro do circuito já construído sob o guarda-chuva FdE, ou se ela pode ser útil na ação de áreas diversas.

Essas ações de ampliação para novas frentes têm sido chamadas de “simulacros”, no sentido de experiências inovadoras, que visam criar alternativas às formas dominantes da produção cultural. São experiências como o Banco da Cultura, o Partido da Cultura (Pcult) e a Universidade da Cultura (UniCult).

O Banco da Cultura é provavelmente a mais robusta dessas ações. Expressa de forma “paramonetária” a capacidade de articulação e de trabalho da rede, colaborando decisivamente para a viabilização de suas produções.

E como a lógica colaborativa e de rede do FdE se aplicaria à formação de operadores da cultura?

De início, se trata de sistematizar e democratizar os conhecimentos acumulados pela ação da própria rede. Isso se faz por meio de um circuito de intercâmbios, “vivências” nas quais os membros da rede passam um tempo em sedes e eventos de colegas trocando experiências. Há ainda um banco de artigos e dissertações dedicados a assuntos de interesse da rede e outro de compartilhamento de vagas em cursos (vide site <http://foradoeixo.org.br/universidade>) e produção de cartilhas como “monte sua web-rádio” ou “monte seu selo”.

No horizonte dessa mobilização, estão uma proposta de valorização da educação não formal e a pressão para que a universidade reconheça e dialogue com esses saberes produzidos em práticas de articulação – esforço que atrai um bom número de professores universitários descontentes com os rumos do ensino.

O Pcult também se apresenta como um “simulacro”, no sentido de propor uma reinvenção da política, tal como a UniFdE quer reinventar a educação. Neste caso, trata-se de articular intervenções nos municípios, nos quais membros do FdE pressionam pelo funcionamento regular dos Conselhos de Cultura e pela constituição de fundos públicos para a cultura. E, no nível federal, a perspectiva é ampliar a articulação entre redes culturais, como a dos Pontos de Cultura e Cultura Digital. Nesse sentido, uma das palavras de ordem do IV Congresso foi a articulação da “rede das redes”, como foi chamada a aproximação e a elaboração de propostas conjuntas entre os movimentos específicos da área cultural. Ainda numa fase mais articuladora do que propositiva,

o Pcult, que na verdade não pretende se tornar um partido político, pretende criar um ambiente e um modo de elaborar propostas de políticas públicas na área cultural.

O crescimento do FdE, em seus seis anos de existência, é vertiginoso e dá sinais de estar se preparando para voos ainda maiores. Se por enquanto não chega a ameaçar as corporações da cultura, o aumento do tom das críticas, cada vez mais frequentes, é sintoma, se não de preocupação, de certo desconforto dessas corporações.

E se a inimizade de notórios defensores do *status quo* musical, como o jornalista Álvaro Pereira Júnior (“Adeus aos Indies”, *Ilustrada*, 15 de outubro de 2011), evidencia algum mal-estar dos que ainda detêm as rédeas do jogo, é claro que isso não garante que o FdE seja alguma panaceia para os excluídos do “eixo” da produção cultural.

O crescimento e o fortalecimento da rede estão levando a posições de negociação de recursos financeiros e econômicos. Se isso vai levar a novas invenções de “tecs” colaborativas ou a fragmentações concentracionárias, o futuro dirá.

Por hora, algumas evidências saltam aos olhos: algo novo surgiu no campo da cultura. Uma geração criada no ambiente digital, de acesso quase irrestrito aos bens culturais e exclusão dos monopolizados meios de produção cultural (eles próprios hoje em crise), soube usar as ferramentas da era da internet para articular uma rede inédita de produção musical colaborativa e promete agora expandir essa experiência para novas áreas.

Ao mesmo tempo, como mostrou fartamente o IV Congresso FdE, esse movimento se faz com uma radical transparência e abertura ao debate. As virtudes, problemas e ambiguidades dessa efervescente mobilização estão escancarados a quem quiser entrar na excêntrica órbita fora do eixo, que se desenha em tempo real. ■

COLEÇÕES CAROS AMIGOS

CAROS AMIGOS EDITORA

COLEÇÃO COM
12 FASCÍCULOS
CAPA DURA
384 PÁGINAS
COLORIDAS

APENAS
6 PARCELAS DE
R\$ 17,80

Total de
R\$ 106,80



GARANTA JÁ SUA COLEÇÃO

OFERTA POR TEMPO LIMITADO

Ligue 0800 777 6601 ou acesse www.lojacarosamigos.com.br

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular



Leia

retrato

doBRASIL

www.retratodobrasil.com
vendas@retratodobrasil.com